



Quercus

AMBIENTE



ENTREVISTA A NUNO MATOS FERREIRA DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE AVALIAÇÃO DE IMPACTES

Páginas 4_5

IMPACTE DAS ENERGIAS RENOVÁVEIS NA BIODIVERSIDADE, POR ANTÓNIO MIRA

Páginas 10_11

MICROSCÓPIO ANIMAIS SELVAGENS & CATIVEIROS ILEGAIS

Página 9

Mecenas Principal



Mecenas Jornal





31 anos

Convite

Hotel Radisson Blu, Campo Grande, Lisboa | 31 de outubro de 2016 | 19:30h

A Quercus convida os seus associados, amigos, apoiantes e demais parceiros a participar no Jantar de Comemoração do seu 31^º Aniversário.

Durante o jantar será entregue o Prémio Quercus 2016.

Sócios e acompanhantes: 10€

Não sócios: 20€

Crianças acompanhadas de sócios: 5€

Crianças acompanhadas de não sócios: 10€

Lugares limitados. Inscreva-se até ao dia 22 de outubro!

Para mais informações e inscrições

www.quercus.pt | quercus@quercus.pt | 217 788 474

COLIGAÇÃO C6 EXIGE PROIBIÇÃO JÁ ESTE ANO DA CAÇA À ROLA-BRAVA, UMA ESPÉCIE EM RISCO DE EXTINÇÃO

Direção Nacional da Quercus

A Rola-brava (*Streptopelia turtur*) é uma espécie migradora que está a desaparecer a um ritmo galopante em Portugal e na Europa. A situação da espécie na Europa é muito grave, estimando-se que a sua população tenha decrescido 73% nos últimos 20 anos.

Recentemente a Rola-brava (*Streptopelia turtur*) foi incluída na lista vermelha de espécies ameaçadas da UICN - União Internacional de Conservação da Natureza, com o estatuto de vulnerável. Esta inclusão na lista é um reconhecimento internacional e científico da ameaça de extinção que a espécie enfrenta.

Acresce que, na data prevista para a abertura da caça à rola, ainda durante o mês de Agosto, é provável a existência de muitas rolas em nidificação ainda com crias no ninho e, pontualmente, ovos de posturas tardias ou segundas posturas. Conjugada com a

quantidade e a extensão dos incêndios florestais que têm ocorrido em Portugal, esta situação provocará uma quebra ainda maior nas já debilitadas populações selvagens de Rola-brava.

A Coligação C6 considera que a irresponsabilidade e insensibilidade demonstrada nesta matéria pelos sucessivos governos pode contribuir para a extinção da Rola-brava em Portugal a muito curto prazo. Todos os anos as associações ambientalistas e algumas organizações do setor cinegético têm alertado publicamente os responsáveis políticos pelo problema premente do risco de extinção da Rola-brava.

Não podemos esquecer o triste destino do Pombo-viajante americano, que foi considerado a ave mais abundante do mundo e cujo último exemplar morreu num jardim zoológico em 1914. A extinção é para sempre.

A Coligação C6 apela, assim, ao Ministro da Agricultura e ao Ministro do Ambiente que proibam, com carácter de urgência, a caça à Rola-brava, de modo a prevenir a extinção desta magnífica espécie. 🌿



MACROSCÓPIO

João Branco

Presidente da Direção Nacional da Quercus

FOGOS FLORESTAIS 2016

Parece já tradição a denominada época dos incêndios durante o Verão para muitos portugueses. Contudo, a catástrofe que ocorreu novamente este ano revela que o problema é complexo, mas não pode ser considerado uma fatalidade que deixe os políticos descansados sem tomarem decisões para uma profunda reforma da floresta.

Os incêndios florestais ou rurais são considerados o maior problema ambiental no nosso país, todavia, os sucessivos governos continuam sem implementar políticas públicas de longo prazo, promotoras da gestão sustentável da floresta e do espaço rural que tornem o território mais resiliente aos incêndios e que simultaneamente dinamizem a economia local com a presença de pessoas no interior do país.

A regulamentação da Defesa da Floresta Contra Incêndios define detalhadamente as regras de planeamento e defesa da floresta e condicionantes ao uso do fogo no espaço rural (fogueiras, queimadas, cigarros, foguetes), no período crítico durante o Verão ou quando o risco de incêndio for muito elevado ou máximo. No entanto, para além da necessária fiscalização, deverão também ser promovidas campanhas de sensibilização para a alteração de comportamentos que evitem o uso do fogo.

Segundo relatório sobre a Análise das Causas do Incêndios Florestais, do Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas - ICNF, as atividades do Homem correspondem a 98% dos fogos e os comportamentos negligentes são os responsáveis pelo maior número de ocorrências de incêndios com causa apurada, o que revela a necessidade de se apostar fortemente na sensibilização para o risco do uso do fogo.

Apesar dos dados preliminares revelarem que 69% da área ardida foram eucaliptais, a realidade é que também existiram áreas protegidas afetadas como o Parque Nacional da Peneda-Gerês e o Parque Ecológico do Funchal na Madeira.

O inexplicável atraso das medidas florestais do Programa de Desenvolvimento Rural - PDR 2020, inviabilizou as candidaturas aos fundos comunitários para a gestão florestal que era essencial, antes do período crítico do Verão.

Urge uma alteração das políticas públicas para a floresta e o desenvolvimento rural, que promovam o investimento no mundo rural para manter as culturas numa paisagem em mosaico mais resiliente aos incêndios. O Governo deve criar mecanismos de apoio à instalação de povoamentos de floresta autóctone de baixa combustibilidade, através do Fundo Florestal Permanente ou outras formas de financiamento.

Só no Parque Nacional da Peneda-Gerês ocorreram vários grandes incêndios, no entanto, no início de Agosto deu-se um fogo na Mata do Ramiscal, reserva integral que esteve praticamente uma semana a arder até colocarem meios de combate e sem que tivesse ocorrência aberta



João Branco

pela Autoridade Nacional de Protecção Civil, o que é inaceitável apesar dos alertas que fizemos e dada a importância nacional da Parque.

Deve criar-se várias reformas no sentido de minimizar significativamente os impactes dos incêndios, contudo, existe uma medida simples e essencial que é colmatar a falta de coordenação superior do Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios para melhorar a articulação entre as entidades responsáveis pelo pilar da prevenção e gestão, da vigilância e do combate, situação que é essencial para evitar o cenário de vagas de incêndios. ❄

DEZ MILHARES A SUBSCREVER A POSIÇÃO DA PALP

Direção Nacional da Quercus

Consulta pública para a realização de sondagem de pesquisa no *deep offshore* da Bacia do Alentejo terminou com 10 milhares a subscrever a posição da PALP

Após pedido da Plataforma Algarve Livre de Petróleo (PALP), Plataforma onde estão representadas diversas organizações, entre as quais as maiores organizações de defesa do ambiente nacionais, a Direção Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM) tinha prorrogado a consulta pública relativa à emissão de um Título de Utilização Privativa do Espaço Marítimo Nacional (TUPEM), para a realização de sondagem de pesquisa no *deep offshore* da Bacia do Alentejo até ao dia 3 de agosto. Algo que permitiu que milhares subscrevessem contra a prospeção e exploração de petróleo utilizando as minutas disponibilizadas pela PALP.

A Plataforma Algarve Livre de Petróleo congratula-se com a elevada participação na consulta pública que demonstra o interesse suscitado pelos cidadãos contra a prospeção e exploração de petróleo no Algarve, algo que tem que ser levado em conta, resultando num parecer negativo da DGRM.

A PALP, salienta ainda a desistência do consórcio ENI e Galp em realizar a prospeção durante este ano a poucos dias do fim da consulta pública. De acordo com as declarações do presidente da Galp,

o consórcio deseja realizar a prospeção no próximo ano, o que implica um desrespeitando do período de prospeção estipulado pelo Decreto-Lei nº109/94 que rege a pesquisa, prospeção, desenvolvimento e exploração de petróleo. Ou seja, o Governo deverá aproveitar esta oportunidade para cancelar as licenças que foram atribuídas.

O Governo Português deve assim manifestar-se veementemente contra a prospeção e exploração de petróleo e gás natural (em terra e em mar) já que os riscos associados para o ambiente e para diversas atividades económicas são demasiado elevados pondo em causa investimentos de centenas e centenas de milhões de euros efetuados em Portugal.

Parece-nos que a acumulação de riscos implicados, tornam indispensável o equacionar de outras alternativas, que não impliquem elevados impactes ambientais e sociais para qualquer região de Portugal. ❄



a Nuno Ferreira Matos



Nuno Ferreira Matos

A.D.

Licenciado em Biologia e Mestre em Gestão de Recursos Naturais. Possui mais de 24 anos de experiência em trabalhos na área ambiental sendo, desde 2013, Presidente da Associação Portuguesa de Avaliação de Impactes (APAI). É Professor convidado na Escola Superior Agrária de Santarém onde leciona várias cadeiras na área da avaliação ambiental e sustentabilidade. É fundador e Partner das empresas Matos, Fonseca & Associados (Portugal e Moçambique) e Ecofield. Tem como áreas de especialidade a Análise e Avaliação de Impactes Ambientais, a Gestão de Recursos Naturais e de Habitats, a Conservação da Natureza, as Monitorizações Ecológicas, a Sustentabilidade e o Ordenamento do Território.

“ESTAMOS ENTRE OS MELHORES DESTA ATIVIDADE, MESMO A NÍVEL MUNDIAL”

A APAI foi constituída em 1995. Que balanço faz destes cerca de 20 anos de trabalho?

A APAI nasceu com o objetivo de contribuir para a avaliação ambiental em Portugal, criando uma organização que juntasse os seus diversos “atores” e os envolvesse numa perspetiva de melhoria contínua de uma atividade que é, sempre, muito complexa. Estes 20 anos foram apaixonantes para todos os envolvidos e, em minha opinião, a APAI tem cumprido o objetivo da sua criação. Importa, no entanto, também dizer que estes 20 anos têm sido desafiantes e complexos. O “associativismo” em Portugal assume-se, sempre, como uma atividade exigente e que se vai suportando, excessivamente, na “boa vontade” de alguns que nunca desistem e que vão garantindo a continuidade dos projetos. A APAI tem, também, sobrevivido da dedicação de muitos que nela veem um projeto útil, importante e de futuro.

E ao longo deste período foi possível estabelecer um debate proveitoso, com resultados visíveis, entre os seus sócios sobre muitas das temáticas que giram em torno da Avaliação de Impactes?

Ao longo destes mais de 20 anos muito se avançou em Portugal na temática da Avaliação Ambiental. Hoje trabalha-se muito bem em Avaliação Ambiental no nosso país, certamente com espaço para fazer melhor (há sempre espaço para a melhoria). Mas trabalha-se de forma objetiva e clara. A APAI tem tentado, desde os primeiros tempos, contribuir para a melhoria da prática da Avaliação Ambiental o que penso tem sido uma verdade. Reunindo entre os seus associados, atores tão diversos como promotores, avaliadores, consultores e ONG, temos tentado estabelecer momentos de diálogo, de discussão, de reflexão e de produção de elementos práticos para o apoio à Avaliação Ambiental. Exemplos como as Conferências Nacionais de Avaliação de Impactes (que decorrem de dois em dois anos e reúnem grande parte dos atores que trabalham, em Portugal, nesta área), a produção de guias de apoio ao desenvolvimento de estudos de impacto ambiental, os apoios vários à Agência

Portuguesa do Ambiente para a concretização de boas práticas em Avaliação ou a promoção de diversos cursos destinados à melhoria dos participantes nestas análises, reforçam esta ideia.

Qual lhe parece ser a situação atual em Portugal relativamente à Avaliação de Impactes?

Como referi anteriormente, em Portugal, trabalha-se bem em Avaliação Ambiental. É minha opinião que estamos entre os melhores desta atividade, mesmo a nível mundial. Temos bons consultores e bons avaliadores. Temos um bom regime jurídico. Temos promotores, maioritariamente, despertos para a importância do tema. E já temos muita história, o que nos dá capacidade de olhar, com respeito e capacidade crítica, para o que se faz. Há aspetos a melhorar? Certamente que sim. Há sempre. E esse é um esforço diário de todos os envolvidos. E um dos papéis fundamentais que a APAI tem tentado assumir.

Na sua opinião como vê os processos de AIA tão pouco participados? Na maioria das vezes apenas as ONGA utilizam esta ferramenta, a sociedade em geral não está atenta, interessada? Ou será que os meios e os períodos disponibilizados de participação não têm o alcance suficiente?

Um dos aspetos que tem de melhorar na prática de AIA será, certamente, a participação do público. Portugal não tem histórico (nem prática) de participação. E isso, em minha opinião, não se resolve com prazos. Resolve-se com a educação cívica, com a capacitação das partes interessadas. Não estamos habituados (e isso nota-se em tantas áreas da nossa sociedade...) a ver-nos como os “donos” do nosso país... há sempre alguém “acima” a quem cabe esse direito e essa responsabilidade... e que pode decidir em nosso nome. E pelo caminho fica o enorme privilégio (mas também responsabilidade) de participar nas decisões. Será fundamental que a nossa sociedade seja mais ativa e presente. Mas isso passa, reforço, por um enorme trabalho de educação... eventualmente as nossas gerações futuras estejam mais preparadas para ter essa capacidade...

Na opinião da APAI a transposição da Diretiva Europeia da Avaliação Ambiental Estratégica para Portugal veio contribuir para um desenvolvimento mais sustentável? Está a conseguir os seus objetivos numa altura com tanta polémica em torno da exploração de petróleo e gás na costa portuguesa? Ou não tem sido devidamente utilizada pelas entidades responsáveis na definição dos planos e programas?

A Avaliação Ambiental Estratégica é, sem dúvida alguma, uma ferramenta de enorme importância e utilidade para a sustentabilidade. A sua utilização é, no entanto, ainda relativamente jovem e com um grande caminho para a aprendizagem, pelo menos em Portugal. Não acho que a sua aplicação em Portugal tenha sido um falhanço, mas considero que podia ter sido mais feliz. A dispersão da utilização da ferramenta a planos com pouco grau de “estratégia” (por exemplo, planos de pormenor ou planos de urbanização) tem-lhe retirado objetividade e utilidade. Por outro lado, “a juventude do processo” (independentemente de termos muita gente fortemente capacitada para a concretização destas análises no nosso país...) tem deixado a AAE a quem do que poderia ser...mas a sua aplicação, para os objetivos para que foi criada, é vital.

Um dos temas prementes em relação à Avaliação de Impactes prende-se com o conflito entre a construção de infraestruturas de energia renovável e a conservação da Natureza. Qual é a vossa opinião sobre este tema?

Todas as atividades humanas resultam, necessariamente, em “conflitos” com o meio que as recebem. As infraestruturas de produção de energias renováveis não são exceção. Pelas suas características, estes projetos, muitas vezes, encontram como área ideal para a sua implantação zonas com importância para a conservação da natureza. Não considero, todavia, que se possa considerar que exista um conflito entre a conservação da natureza e as infraestruturas de produção de energias renováveis. Penso que cada caso é um caso e não devemos correr o risco de generalizar. Casos haverá em que a promoção de projetos de fontes de energia renovável provocaram impactes mais sensíveis ao nível da conservação da natureza e outros que, certamente, em nada a afetaram. Para podermos, de forma objetiva e séria, ir respondendo a estas questões existe a Avaliação de Impacte Ambiental que deve ser o suporte destas análises.

E da experiência que têm tido na APAI, a discussão sobre este tema é efetivamente premente e levanta muitos problemas?

Não considero que seja um tema que justifique uma abordagem particular ou diferenciada de tantos outros projetos de investimento. Acho, porém, que a reconhecida “bondade” do tema (a premente necessidade de irmos optando por fontes renováveis de energia) deve ter peso nas análises que se concretizam. Significa isto que, numa avaliação de impacte ambiental de um projeto de produção de energia a partir de fontes renováveis, a justificação do projeto terá que ser considerada e pesada. Obviamente que isto não significa que se ignorem todos os outros aspetos associados, nomeadamente a conservação da natureza. Mas uma avaliação de impactes ambientais é, sempre, uma análise de “custo-benefício” e uma ferramenta de apoio à decisão, decisão essa que é, relembre-se, política. O papel da avaliação é transmitir aos decisores o “preço” ambiental de concretizar, ou não concretizar, os projetos. Resumindo, não considero que a produção de energia a partir de fontes renováveis mereça preocupações especiais ao nível dos potenciais conflitos com a conservação da natureza. Merece, obviamente, a mesma que todos os outros projetos de investimento.



E quais os casos, de uma forma geral, onde realmente julgam que existem mais problemas em compatibilizar a produção de energia renovável com a conservação dos valores naturais? Gostaria de nomear alguns projetos em concreto?

Num projeto de investimento para produção de energia a partir de fontes renováveis, o objetivo último é maximizar a produção, reduzindo os custos dessa mesma produção. Importa, todavia, realçar que atualmente as preocupações ambientais são cada vez mais entendidas como dados de base para o bom desenvolvimento de um projeto. Isto não só devido às enormes dificuldades de licenciamento de projetos que não tenham tido, de base, essas preocupações, mas, também, e cada vez mais, porque a consciência ambiental dos promotores vai sendo mais desperta e mais ativa. Assim, o exercício de compatibilização de, por exemplo, uma central eólica com uma área de importância para a conservação da natureza é sempre desafiante, mas possível. Esse exercício tem de ser suportado numa análise técnica dos potenciais conflitos, tentando encontrar o melhor “design” do mesmo para que se consigam evitar as afetações ao nível, por exemplo, da ecologia. Da experiência que temos, a compatibilização, habitualmente, é possível, sobretudo quando é suportada em bons estudos de base e análises tecnicamente bem feitas. Temos que, no entanto, ter também a noção que a compatibilização por vezes não é possível e, nesses casos, os projetos terão de ser revistos, realocados ou inibidos. Mas essa tem sido a prática em Portugal.

Qual é a situação ao nível do estudo dos impactes das infraestruturas de energia eólica, torres eólicas sobretudo? Ainda há muito trabalho por fazer?

As avaliações ambientais das centrais eólicas têm sido feitas ao abrigo do regime jurídico existente. Como em todas as atividades humanas há casos de sucesso (suportados em estudos bem feitos) e casos menos conseguidos, mas para todos estes casos existem os avaliadores que são o garante último de todo este processo. O trabalho que há por fazer está diretamente ligado às pretensões que vão surgindo.

Na opinião da APAI seria melhor um modelo que definisse a priori áreas de exclusão destas infraestruturas, como a Rede Natura 2000, Áreas Protegidas, ou outros modelos como em alguns países nórdicos que excluem a implantação destas estruturas em áreas de distribuição de determinadas espécies com estatuto de ameaça, nomeadamente avifauna e morcegos?

A opção pela definição de áreas de exclusão, em minha opinião, não traria qualquer vantagem ao processo. Mesmo que essas áreas fossem áreas da Rede Natura ou Áreas Protegidas. Importa realçar que o enquadramento jurídico dessas áreas não as incompatibiliza com este tipo de projetos. E, de facto, a forma como o regime jurídico está desenhado é adequado aos objetivos de sustentabilidade que devemos perseguir. Para cada pretensão de implantação de um projeto (que seja enquadrado no regime jurídico aplicável) existe um procedimento de avaliação ambiental. Neste procedimento, e de forma muito pormenorizada, são feitas as análises necessárias e suficientes para permitirem ao decisor optar pela concretização, ou não, da pretensão. Garante-se assim, e para cada caso específico, uma análise dirigida e que permite avaliar claramente os impactes potenciais resultantes das pretensões e estabelecer as medidas necessárias para reduzir as afetações e os seguimentos a concretizar para garantir a bondade das análises efetuadas. E, em vários casos, a pretensão é recusada. Quer isto dizer que o processo tem funcionado de forma correta e adequada. E, acho que é justo referir, em Portugal a frase “in dubio, pro ambiente” (em caso de dúvida, beneficia-se o ambiente) tem sido pedra de toque de todos os processos. 🌿



SERRA DA ESTRELA UM DIAMANTE CONGELADO

Isadora Pombeiro



Serra da Estrela

Isadora Pombeiro

Portugal é um país dotado de parques e de belas e diversas reservas naturais que, em conjunto, apresentam grande diversidade de fauna e flora, incluindo algumas espécies nativas, que necessitam de proteção. O Parque Natural da Serra da Estrela é um exemplo disso.

Mas afinal, como se formou o pico mais alto de Portugal continental, e o que o torna tão interessante, tanto a nível de formação tectónica como de distribuição da vida animal e vegetal?

Localização e formação

Há cerca de 650 M.a, no pré-Câmbrico, altura em que a Península Ibérica estava completamente submersa, formou-se uma Serra. As rochas emersas começaram a sofrer erosão, ocorrendo a deposição e acumulação de sedimentos com características argilosas e arenosas no ambiente marinho. Devido a forças compressivas por parte das placas tectónicas deu-se a orogénese que consiste na formação de uma cordilheira montanhosa.

Situada no centro-este de Portugal, esta Serra foi designada "Serra da Estrela". Mas porquê Estrela? Bom, a lenda diz que havia um pastor que vivia no vale do Mondego, onde todas as noites observava uma estrela que se destacava por ser mais brilhante que as outras, e uma noite decidiu segui-la. Quando chegou à Serra, onde a estrela o terá levado, o pastor decidiu chamar-lhe Serra da Estrela.

Parque Natural, desde quando?

O Parque Natural da Serra da Estrela foi o primeiro parque natural português, criado a 16 de julho de 1976 (o Decreto-Lei n.º 557/76), com uma área de cerca de 100 000 hectares, e aproximadamente 2000 metros de altitude, integrando parte dos concelhos da Covilhã, Celorico da Beira, Guarda, Manteigas, Gouveia e Seia.

A singularidade da zona elevada que caracteriza o parque natural confere isolamento às populações de fauna e flora, havendo espécies que apenas se encontram na Serra da Estrela. Este facto contribuiu para que o Conselho da Europa distinguisse uma parcela com alguns hectares como Reserva Biogenética, representando aproximadamente 12% do Parque Natural.

Porque cai gelo ou neva?

O pico mais alto de Portugal continental tem um clima particular, constantemente sujeito a elevadas precipitações anuais, sendo,

com frequência, coberta de neve durante os meses de inverno. A Serra da Estrela situa-se na transição entre regiões amenas e húmidas do domínio temperado oceânico, a norte, e regiões quentes características de verões secos, a sul.

A altitude elevada em relação aos terrenos que a envolvem, a relativa proximidade ao oceano Atlântico e a organização geral do relevo desempenham um papel fundamental no clima que caracteriza a região envolvente da Serra da Estrela.

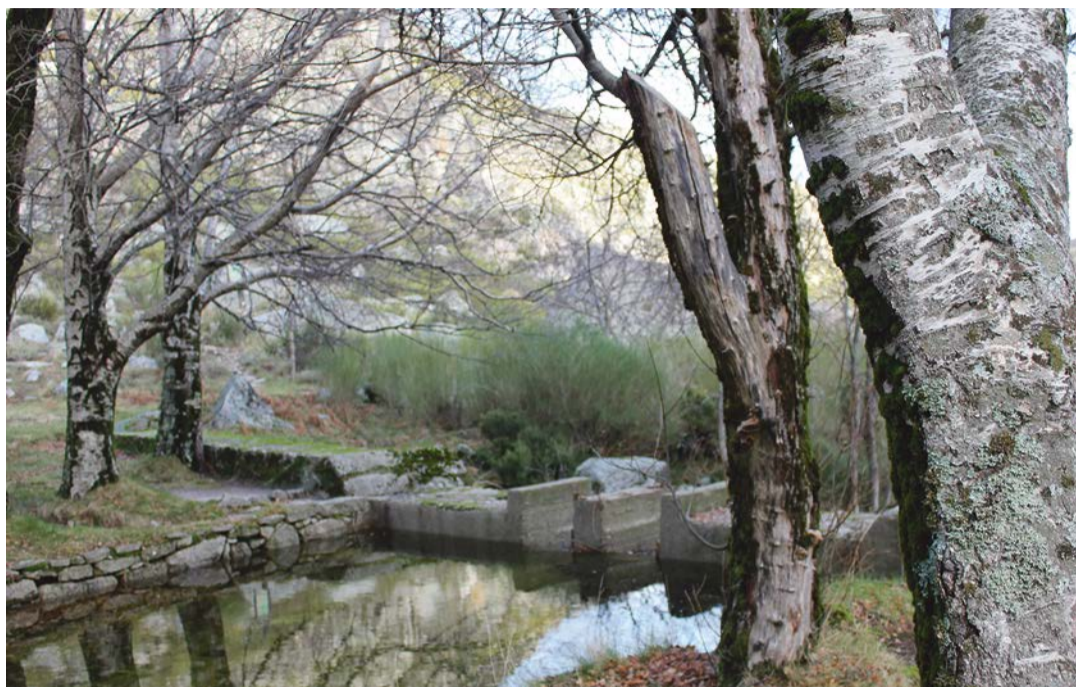
Biodiversidade da Estrela

Da floresta original que cobria estas montanhas já pouco resta, pois a ocupação intensa por grupos humanos levou à transformação de algumas zonas de floresta em zona de pastagens. Pode, no entanto, afirmar-se que o parque natural da Serra da Estrela é um núcleo heterogéneo de biodiversidade devido à quantidade de espécies diferentes que se pode encontrar neste espaço tão único. Existem espécies que conseguem suportar baixas temperaturas, contendo características específicas que as fazem sobreviver em ambientes com estas particularidades. No caso da fauna de invertebrados, ainda que pouco conhecida, a serra inclui o maior número de espécies a nível das várias áreas protegidas portuguesas. Algumas espécies são mesmo exclusivas da Serra, exemplo disso são: o longicórneo (*Iberodorcadion brannani*), o melolontídio (*Monotropus lusitanicus*), o carabídeo (*Zabrus estrellanus*) e o tetagonídeo (*Ctenodecticus lusitanicus*).

Em relação à ictiofauna, ou seja, animais característicos de ambiente aquático, podemos encontrar exemplares de boga (*Chondrostoma polylepis*), barbo (*Barbus bocagei*), ruivaco (*Rutilus macrolepidotus*), escalo (*Leuciscus sp.*), enguia (*Anguilla anguilla*), truta-de-rio (*Salmo trutta fario*) e truta-arco-íris (*Onchorhynchus mykiss*).

A herptofauna (anfíbios e répteis) da serra inclui a lagartixa-da-montanha (*Iberolacerta monticola monticola*), que é uma subespécie endémica da serra da Estrela, ou seja, exclusiva desta região, com uma distribuição restrita a altitudes superiores a 1400 metros. Há ainda outras espécies que se pode encontrar no parque: a salamandra-lusitânica (*Chioglossa lusitanica*) e a víbora-cornuda (*Vipera latastei*), merecendo uma referência particular pela vulnerabilidade das populações. Deve destacar-se que a víbora-cornuda é umas das cobras venenosas que podemos encontrar em Portugal, tendo um papel importante no equilíbrio das populações de pequenos roedores.

Relativamente à flora, observa-se o declínio de algumas espécies, incluindo até a extinção de parte, devido à necessidade de criação de áreas de cultivo, prados, pastagens e povoamentos



Serra da Estrela

Isadora Pombeiro

florestais em função das atividades humanas. No entanto, ainda se encontram exemplares que merecem ser preservados e referenciados, tais como os bosques de carvalho-negral (*Quercus pyrenaica*), a azinheira (*Quercus ilex*), a bétula (*Betula alba*) e o teixo (*Taxus baccata*).

Além de toda a biodiversidade de fauna e flora, o parque natural também proporciona paisagens deslumbrantes a todos os visitantes. Temos como exemplos as cascatas, lagoas, grandes rochas cobertas de musgo que proporcionam à paisagem pequenos detalhes maravilhosos, que compõe toda a beleza que faz do Parque Natural da Serra da Estrela um lugar tão singular.

Curiosidade: Perigo de extinção. E... os lobos?

Canis lupus signatus é o nome científico do tão conhecido e referenciado lobo-ibérico. Com distribuição geográfica nacional entre os distritos de Viana do Castelo e de Braga, à província de Trás-os-Montes e parte dos distritos de Aveiro, Viseu e Guarda, este animal caracteriza-se por ter um caráter esquivo e hábitos noturnos, o que torna a sua observação em meio selvagem um golpe de sorte. Contrariamente ao que muitas pessoas pensam, o lobo não é perigoso para o ser humano, muito menos o predador sanguinário como muitos livros retratam. O facto é que é bem mais verdade que o homem simboliza um perigo para este animal.

Durante o século XIX, os lobos eram numerosos em Portugal, estando presentes em praticamente todo o território nacional. Contudo, já no início do século XX a população decresceu, fundamentalmente, pela sua perseguição direta, o extermínio das suas presas selvagens (como o veado e corço), agravando-se atualmente pela fragmentação e destruição do seu habitat.

Este carnívoro caracteriza-se por ter uma cabeça volumosa, orelhas hirtas e triangulares, relativamente curtas e pouco pontiagudas, sendo de dimensão mais pequena relativamente a outras subespécies de lobos. Devido a algumas ameaças ao seu habitat natural e às suas presas naturais, o lobo Ibérico é hoje uma espécie em perigo de extinção.

Iniciativas baseadas na Biodiversidade da Serra da Estrela

Uma parceria entre a ASE, o Centro de Interpretação Ambiental da Serra da Estrela, o Centro de Ecologia, Recuperação e Vigilância de Animais Selvagens, o portal Naturdata, a Quercus e o Instituto Politécnico de Setúbal, o GeObserver promove a divulgação da fauna e flora do Parque Natural da Serra da Estrela através do envio de fotografias tiradas por visitantes. Assim poderá enviar o seu contributo para o site e a partir daí contribuir para a formação do grande mapa de biodiversidade da Serra.

Iniciativas baseadas neste âmbito promovem o conhecimento das espécies características do Parque Natural da Serra da Estrela. Este projeto é uma forma de estimular a população para a conservação e aquisição de conhecimentos das espécies singulares que se conseguem encontrar neste parque natural. Para além disso, quem sabe até se se irão descobrir espécies que se desconheciam na zona ou redescobrir umas outras que há já muito tempo não eram referenciadas. 🌿



Serra da Estrela

Isadora Pombeiro

Fontes

Covão da Ponte, Serra da Estrela;
Infopédia: dicionários porto editora, Serra da Estrela;
Grupo Lobo;
ICNF;
CISE-Seia (Centro de Interpretação da Serra da Estrela).

QUERCUS E CTT ESTENDEM PROJETO DE REFLORESTAÇÃO À MADEIRA

Direção Nacional da Quercus

O projeto da Quercus e dos CTT “Uma Árvore pela Floresta” vai alargar a sua zona de intervenção ao Funchal, permitindo assim a plantação de espécies autóctones nas áreas daquela ilha mais afetadas pelos incêndios. Desde o dia 9 de Agosto, data em que a campanha teve início, já foram doadas mais de 1000 árvores que serão plantadas em solo nacional na Primavera de 2017.

Para contribuir para este projeto basta que qualquer pessoa se dirija até ao dia 30 de novembro a uma das 320 lojas CTT aderentes (link em baixo), e ofereça uma árvore, com o custo de 3 euros, valor que reverte totalmente para os custos do projeto, não havendo qualquer limite ao número de árvores que podem ser apadrinhadas. Por cada uma das doações dos portugueses, uma árvore será depois plantada pela Quercus em áreas classificadas do Norte e Centro de Portugal e no Funchal. Até ao momento já foram plantadas quase 7 mil árvores.

No momento da compra, é entregue um pequeno kit ao comprador, composto por uma “árvore” em cartão reciclado e um código. Esta “árvore” de cartão serve de lembrança e pode ser oferecida. O código serve para registar a árvore que a Quercus irá plantar até à Primavera de 2017, identificar a espécie e o local de plantação, bem como para consultar a evolução durante 5 anos do bosque onde foi instalada. E tudo isso pode ser feito aqui:

<http://umaarvorepelafloresta.quercus.pt/>

Aquando do anterior grande incêndio de 2010, os CTT tinham já apoiado financeiramente o Parque Ecológico do Funchal com um donativo de dez mil euros. Com esta parceria com a Quercus, os CTT reforçam a sua política de apoio à biodiversidade e ao combate às alterações climáticas, já expressa através da disponibilização de um portfólio de produtos ecológicos (Correio Verde e DM Eco), da aposta na eficiência energética e carbónica, que permitiu aos CTT reduzir a sua pegada carbónica em 51% desde 2008, a 2ª maior redução a nível mundial, no setor, e da expansão da sua frota sustentável, a maior do país. 🌱

QUER TOON



POR DETRÁS...

Ideia Quertoons Network, desenho de Osvaldo Medina

ANIMAIS SELVAGENS & CATIVEIRO ILEGAL

O cativo

A manutenção ou reprodução de animais em cativeiro implica que estes se encontrem fora do seu ambiente natural, em condições de áreas restritas, tal como quintas, parques zoológicos, aquários ou outras estruturas fechadas. Numa situação de cativeiro, a realidade da vida do animal é definida e controlada pelo ser humano, desde a sua alimentação, ao ambiente que o rodeia, o tipo de instalações e até o seu par para reprodução.

O cativeiro de animais normalmente tem um dos seguintes objetivos:

1. Produzir animais para fins comerciais (como animais de companhia, alimentação, medicina ou outros usos humanos);
2. Produzir animais para Zoológicos, aquários, instituições de investigação;
3. Incrementar o efetivo populacional de animais em situação de perigo, em termos de conservação da natureza. Normalmente nesta situação os animais fazem parte de um programa de gestão com vista a uma possível reintrodução no seu ambiente natural. Pode acontecer que alguns destes animais não tenham as condições físicas para serem reintroduzidos, ou que o seu ambiente natural não reúna as características necessárias ao seu repovoamento. Neste caso o animal mantém-se cativo em espaços apropriados.

O tema da manutenção de animais selvagens em cativeiro tem sido desde há décadas objeto de muitos estudos e divide opiniões. No entanto, existe legislação adequada¹ que estabelece as normas, nomeadamente para a manutenção e bem-estar dos animais, o licenciamento dos parques, a gestão das coleções, a promoção de estudos científicos, a salvaguarda da biodiversidade e a educação pedagógica dos visitantes.

Existe igualmente regulamentação² relativa à proteção das espécies, não só através do controlo do seu comércio, que exige, entre outros itens, que existam instalações adequadas para os animais, mas também através da proibição de exibição ao público, com fins comerciais de determinadas espécies. Compete às autoridades³ competentes a fiscalização do cumprimento da lei.

O não cumprimento de todos ou de parte da legislação que rege o cativeiro de animais está sujeito a contra-ordenações e a aplicação de coimas ou até de processos-crime.

A captura e posse de animais selvagens autóctones são atos ilegais, e, como tal, devem ser denunciados às autoridades. Em alguns centros de recuperação, em particular de aves, esta é uma das principais causas de ingresso de animais selvagens, apreendidos pelas autoridades (SEPNA/GNR e dos Vigilantes da Natureza das áreas protegidas).

Nos últimos anos tem havido um maior empenho das autoridades para recolher animais que estão em posse ilegal por parte de particulares e a tendência é para que este empenho aumente, considerando que há uma maior sensibilização das populações para a denúncia de situações de cativeiro ilegal.

As situações de cativeiro ilegal, na sua grande maioria leva a que os animais sejam mantidos sob más condições de higiene e saúde, se encontrem malnutridos e sob stress constante, o que, muitas vezes leva ao desenvolvimento de patologias ou lesões irreversíveis. Assim, nestas situações, a recuperação é praticamente impossível e estes animais não podem ser devolvidos à natureza.

Em janeiro de 2013, a World Wildlife Fund - WWF divulgou que o comércio ilegal de animais selvagens ocupa o quarto lugar nas transações ilegais internacionais, nomeadamente o comércio de espécies protegidas ao abrigo da Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Fauna e da Flora Selvagem Ameaçadas de Extinção - CITES.

A captura, venda e manutenção de qualquer animal selvagem capturado na natureza é um ato ilegal, sujeito a coima ou até mesmo prisão - e representa um atentado contra o equilíbrio dos ecossistemas, da conservação da natureza e das populações.

Esta situação não diz apenas respeito ao que se passa no resto do mundo, mas muitas vezes apenas uns metros ao nosso lado. A venda on-line de espécies selvagens protegidas é uma triste realidade e de muito difícil deteção por parte das autoridades, já que muitas vezes os sites de vendas estão enganosamente designados com outras atividades.

Todos nós, com uma simples pesquisa on-line, encontramos fóruns de "animais de estimação" ou "artigos em segunda-mão", onde se discutem problemas e questões sobre como manter estes animais em casa, como reproduzir, como tratar em caso de doenças de animais como ouriços-cacheiros, pintassilgos, corvos, aves de rapina, entre tantos outros.

Poderá haver casos em que apenas se trata de pura ignorância relativa à lei, mas na sua grande maioria não será o caso. É, pois, de imensa importância a denúncia por parte dos particulares deste tipo de situações.

No relatório de atividades do ano de 2013 do Centro de Ecologia, Recuperação e Vigilância de Animais Selvagens - CERVAS, em Gouveia, refere-se que o cativeiro ilegal foi a segunda maior causa de ingresso de 2013 (85 animais, num total de 300), número este decorrente, provavelmente, de uma maior atuação das autoridades.

É importante que todos retenham a informação de que existe legislação que define a proibição da venda (e da compra) e manutenção de espécies autóctones.

Qualquer um de nós tem a obrigação cívica e de respeito pela natureza de informar os praticantes destes atos ilegais do erro que estão a cometer, assim como as autoridades.

Ao detetar um crime contra a vida selvagem, venda on-line, cativeiro ilegal ou outro, devem contactar-se as autoridades⁴. Ao se encontrar um animal selvagem ferido ou a necessitar de auxílio, deve contactar as autoridades o mais rapidamente possível. 🐾



Milhafre preto

Samuel Infante

¹Decreto-Lei nº 59/2003 de 1 de Abril de 2003
DR 77 - SÉRIE I-A

Emitido Por Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas

²A Associação Europeia de Zoológicos e Aquários (EAZA) formulou directrizes para a instalação e manutenção de animais nos parques zoológicos, que vieram ajudar ao desenvolvimento e adopção de normas nacionais.

³**Autoridade competente:** a DGV, enquanto autoridade veterinária nacional, o Instituto da Conservação da Natureza (ICN), enquanto autoridade CITES (Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Fauna e da Flora Ameaçada de Extinção) responsável pela conservação da fauna selvagem autóctone, a Direcção-Geral das Florestas (DGF), enquanto autoridade de gestão dos recursos cinegéticos, direcções regionais do ambiente e do ordenamento do território (DRAOT), enquanto autoridades fiscalizadoras do ambiente, as direcções regionais de agricultura (DRA), enquanto autoridades veterinárias regionais, os médicos veterinários municipais, enquanto autoridades veterinárias concelhias, a Guarda Nacional Republicana (GNR), a Polícia de Segurança Pública (PSP) e a Polícia Municipal (PM), enquanto autoridades policiais.

⁴SEPNA-GNR (sepna@gnr.pt | SOS Ambiente e Território - 808 200 520 | Formulário online)

GLOSSÁRIO

Parque zoológico: Qualquer estabelecimento, de carácter permanente, geograficamente circunscrito, onde sejam habitualmente alojados animais para exibição ao público durante sete ou mais dias por ano; Os parques zoológicos carecem de licença de funcionamento.

Bem-estar animal: O estado de equilíbrio fisiológico e etológico do animal; rege-se por princípios básicos, nomeadamente: condições de alojamento, reprodução, criação, manutenção, acomodação, deslocação e cuidados a ter com os animais em parques zoológicos. Os parques zoológicos devem estar construídos de forma a impossibilitar a fuga dos animais, com vista a evitar possíveis ameaças, nomeadamente ecológicas, para as espécies autóctones e dificultar a entrada de agentes passíveis de transmissão de doenças infecto-contagiosas e parasitárias.

Enriquecimento ambiental: o conjunto de técnicas de manejo e conceção dos alojamentos que visam aumentar a diversidade do ambiente potenciando comportamentos variáveis do animal;

Cuidados com os animais: Definidos na legislação e dizem respeito aos seguintes itens:

- a) manejo
- b) Alimentação e abastecimento
- c) Higiene
- d) Cuidados de saúde

FONTES

<http://www.iapmei.pt/>
<http://cervas-aldeia.blogspot.pt>
<http://www.spea.pt>
<https://www.worldwildlife.org>
<http://visao.sapo.pt>

IMPACTO DAS ENERGIAS RENOVÁVEIS NA BIODIVERSIDADE



O desenvolvimento económico acelerado a que o mundo assistiu sobretudo a partir de meados do século XX baseou-se no uso crescente de combustíveis fósseis como o carvão, o gás natural e, sobretudo, o petróleo. Uma das consequências mais nefastas desde modelo de desenvolvimento foi o aquecimento global da Terra que, sobretudo na última década, tem vindo a ser reconhecido como um dos maiores problemas ambientais de origem antrópica, ao nível planetário. Além disso, estas fontes de energia não são renováveis, acabando, mais cedo ou mais tarde, por se esgotar.

Para fazer face ao problema ambiental do aquecimento global, foi negociado em 1997 o Protocolo de Quioto que entrou em vigor em 16 de Fevereiro de 2005, quando foi ratificado por pelo menos 50% dos 84 signatários originais. Para a União Europeia a meta foi uma redução de 8% das emissões dos gases com efeito estufa entre 2008 e 2012, em relação aos gases emitidos em 1990, valor que foi mais do que superado, já que neste período a redução na UE foi de 17%.

Parte deste sucesso pode ter-se devido às diretrizes que a UE deu aos seus estados membros para que aumentassem a quota de produção de energia com base em fontes renováveis, isto é “fontes de energia provenientes de recursos naturais que se renovam constantemente, de um modo sustentável, mesmo depois de serem usadas para gerar eletricidade ou calor. São exemplos a água da chuva, o vento, a biomassa, o Sol, as ondas e o calor da Terra” Além disso estas são consideradas mais “limpas” em termos ambientais já que geralmente não produzem, ou produzem muito poucos resíduos. Portugal comprometeu-se a aumentar o peso destas energias em 20,5%, entre 2005 e 2020, com particular incidência no sector da produção de eletricidade. Neste momento aposta-se na diversificação das formas/fontes de energia e na sua dispersão no território. É comumente aceite que esta estratégia é mais favorável ao ambiente, mas ainda assim, algumas destas formas de energia têm impactos negativos na conservação da biodiversidade que são frequentemente desconhecidos ou desvalorizados pela opinião pública e que importa sistematizar. Fazemos de seguida um breve resumo destes impactos para as três principais fontes de energia renovável usadas em Portugal

Energia Hídrica

O aproveitamento da energia da água que flui nos rios é uma das formas mais antigas e de uso a larga escala de energias renováveis. Faz-se frequentemente em barragens com centrais

hidroelétricas com armazenamento de água em albufeira. Nestes locais a produção baseia-se na diferença de energia entre um nível superior a montante e um nível inferior a jusante. A água ao cair faz rodar as pás de uma turbina cujo movimento de rotação produz eletricidade. Portugal tem barragens para este fim desde 1940 e reforçou recentemente a aposta na energia hídrica com a aprovação em 2007 do Plano Nacional de Barragens de Elevado Potencial Hidroelétrico. Este plano pretendia construir dez novas barragens que colocariam na rede 1.000 MW de capacidade instalada nos próximos anos. Contudo em 2016 foi revisto e redimensionado, sendo neste momento menor o número de barragens a construir. Os impactos das barragens na biodiversidade são relativamente bem conhecidos. O mais relevante é a perda de um habitat crítico, as linhas de água e galeria de vegetação que lhes está associada. Com efeito estes locais constituem locais preferências de refúgio, cria e/ou alimentação de muitas espécies com importância para a conservação. Além disso, funcionam como corredores ecológicos para um número alargado de organismos sendo portanto um elemento-chave para manter a conectividade global da paisagem. Em zonas mais planas a área inundada pode ser particularmente extensa e pode ir muito para além do vale dos rios, como acontece na Barragem do Alqueva onde foram abatidas mais de oitocentas mil azinheiras nas zonas adjacentes ao Guadiana e principais afluentes na zona que posteriormente viria a ser inundada. Neste local, e sobretudo nas zonas mais encaixadas dos rios perderam-se locais únicos de nidificação de várias espécies raras e ameaçadas como a cegonha-preta, o abutre do Egito, a águia-real ou a águia de Bonelli. Também a jusante das barragens os impactos podem ser significativos devido à redução do caudal do rio. Com efeito, apesar da obrigatoriedade de assegurar o “caudal ecológico”, isto é, o caudal que garanta a sobrevivência e persistência das espécies aquáticas que aí ocorrem, tal não é frequentemente respeitado, sobretudo em alturas de escassez de água, que é também a época mais crítica para a maioria das espécies.

Por outro lado, as barragens constituem uma barreira intransponível para os organismos fluviais, particularmente os migradores, impedindo-os de chegar aos locais de reprodução ou desova e assim de completarem o seu ciclo de vida e de renovarem as suas populações. Apesar de neste momento poderem ser instalados dispositivos que permitem a passagem sobretudo de peixes, o seu uso ainda é pontual e a sua eficiência não está devidamente avaliada.

Um efeito menos conhecido das barragens é a menor concentração de oxigénio na água da albufeira em comparação com a concentração na água que flui num rio. Esta situação limita a sobrevivência de muitos organismos aquáticos e a ocorrência de espécies conduzindo a uma redução da biodiversidade.

Energia Solar

A produção de eletricidade usando o sol é possível através de painéis solares fotovoltaicos, concentrados por vezes em grande número nas designadas Centrais Fotovoltaicas; ou de painéis solares térmicos, sendo estes últimos frequentemente de menores dimensões e muitas vezes instalados individualmente nas habitações. No primeiro caso, as células fotovoltaicas ao receberem os raios solares transformam-nos em eletricidade. No segundo caso, usam-se espelhos que concentram a luz solar para aquecer um fluido, gerando vapor que faz rodar as pás de uma turbina, criando um movimento de rotação do eixo do gerador que produz eletricidade.

Em Portugal, dado o elevado nível de irradiação solar, particularmente no sul do país, têm crescido nos últimos anos os parques fotovoltaicos formados por milhares de painéis solares que ocupam extensas áreas. A Central Fotovoltaica Hércules, em Serpa, composta por 52 mil painéis que ocupam cerca de 64 hectares está instalada desde 2007. Contudo, estão a ser planeados/discutidos novos projetos como a Central Fotovoltaica de Alcoutim onde mais de dois milhões de painéis solares poderão ocupar uma área superior a 500 hectares. O principal impacto dos parques fotovoltaicos na biodiversidade decorre das alterações do uso do solo que lhe estão associadas e das operações de desmatamento, desflorestação, decapagem dos solos e movimentos de terras que venham a ser necessários para a sua instalação. De uma forma geral há uma perda significativa de habitat para muitas espécies que deixam de poder ocupar estas áreas. Por isso os efeitos negativos para a biodiversidade dependem muito do local onde o parque será instalado. As perdas de biodiversidade tendem a ser mais relevantes em zonas com maior complexidade estrutural da vegetação, isto é quando estas infraestruturas se instalam em zonas florestais e/ou arbustivas onde os níveis de biodiversidade são em geral mais elevados. Contudo, porque frequentemente as centrais são instaladas em zonas abertas como pastagens ou estepes, as aves que nidificam nestas zonas, podem vir a ser particularmente afetadas se a área ocupada por estas centrais continuar a crescer de forma significativa. Por outro lado, a gestão da vegetação nas entrelinhas das linhas de painéis poderá ser outro fator relevante quando as centrais ocupam extensas áreas. A opção por manter e gerir prados biodiversos, será preferível em termos de conservação por comparação com a instalação monoculturas, por exemplo de ervas aromáticas, uma opção que é frequente porque potencia objetivos comerciais.

Contudo, por serem uma tecnologia cuja expansão é relativamente recente, é importante reconhecer-se que a informação é ainda muito escassa relativamente aos impactos que podem ter nalgumas espécies. Por exemplo, investigações realizadas na Hungria sugerem que as superfícies brilhantes dos painéis negros podem ser interpretadas por alguns insetos aquáticos como massas de água, onde depositam erradamente os seus ovos, levando a um insucesso reprodutor que pode ter consequências significativas em toda a teia trófica. Na China, os cientistas demonstraram recentemente que nas centrais fotovoltaicas as temperaturas do solo podem ser até 4 graus centígrados superiores ou inferiores às verificadas nos mesmos locais antes da sua instalação, com consequências ainda desconhecidas para a composição das comunidades e para a biodiversidade em geral.

Energia Eólica

O vento é o movimento de massas de ar, provocado por um aquecimento diferenciado das zonas da atmosfera ou pela orografia do terreno. A força do vento pode ser usada para movimentar as pás que estão ligadas ao eixo central de um aerogerador, promovendo a sua rotação, produzindo assim eletricidade. Os parques eólicos instalam-se em locais onde a velocidade média anual do vento excede 6 m/s, o que em Portugal se verifica em zonas montanhosas e junto à costa. Além das instalações em terra (onshore), as centrais eólicas também podem ser instaladas no mar (offshore), aproveitando a grande área disponível.

A instalação de um parque eólico onshore requer entre 4 a 20 hectares por cada MW de energia produzido. Contudo a superfície ocupada por cada gerador é muito menor (cerca de 0,5 há por MW) e o terreno que fica por baixo dos aerogeradores pode ser usado para outros fins, incluindo para Conservação da Natureza. Por esta razão, os impactos nas alterações dos usos do solo e na destruição do habitat não são tão relevantes neste caso, comparativamente com os dois anteriores. Contudo, porque as zonas favoráveis à sua instalação, particularmente as montanhosas, são também áreas em geral menos povoadas e por vezes remotas, a construção de novos acessos a estes locais pode vir a aumentar significativamente a perturbação humana levando ao afastamento de algumas espécies dos mesmos. No centro e norte e Portugal onde se concentram vários parques, o impacto cumulativo nas populações de lobo devido à perturbação pode ser muito relevante. Por exemplo, a Associação de Conservação do Habitat do Lobo Ibérico foi criada na sequência da construção de vários parques eólicos nas Serras da Freita, Arada e Montemuro, para que os promotores destes parques conseguissem de forma integrada e mais eficaz implementar as medidas compensatórias impostas no âmbito do processo de avaliação de impacto ambiental.

Mas os impactos negativos diretos dos aerogeradores na fauna ocorrem sobretudo nas espécies voadoras, e estão bem documentados nas aves e nos morcegos. A morte pode ser causada pelo impacto



Parque Eólico no centro de Portugal

direto com as pás dos aerogeradores ou por barotrauma, isto é por destruição de tecidos internos do corpo (pulmões, sistema circulatório, etc.), causada por diferenças de pressão atmosférica devidas ao movimento giratório das pás. Há vários registos de aves e morcegos encontrados mortos no solo. Contudo, o número de mortes documentadas é reduzido (200 aves e 214 morcegos em 62 parques eólicos monitorizados em Portugal, entre 2003 e 2010), sobretudo quando comparado com o registado noutras infraestruturas, como por exemplo o atropelamento em estradas. Esta aparente baixa mortalidade não deve ser negligenciada pois alguns estudos sugerem que pode dever-se à dificuldade em encontrar os cadáveres que ficam escondidos na vegetação ou ser projetados muito para além da área da envolvente de cada gerador ou ainda devido à remoção rápida dos cadáveres por necrófagos. Por isso, deve aceitar-se que os parques eólicos podem ter um impacto significativo nas aves e nos morcegos, sobretudo quando se localizam perto de zonas importantes de nidificação de aves, de abrigos morcegos ou em rotas migratórias. Neste último caso, em parques de maiores dimensões, acresce ainda um outro impacto negativo: o “efeito barreira” ao movimento das aves migradoras provocado pela grande quantidade de pás que giram nas alturas utilizadas nos voos migratórios e que poderão causar o afastamento destas aves para outras rotas, menos favoráveis. Nos exemplos mostrados anteriormente salientámos que as energias renováveis, umas mais que outras, têm impactos negativos na biodiversidade, que nalguns casos podem ser significativos. Também evidenciamos que o conhecimento acerca de alguns destes impactos ainda é incipiente, particularmente para a energia solar e eólica, e que são precisos mais estudos para que se possa avaliar devidamente a dimensão do problema e que para possamos adequadamente mitigar estes impactos num cenário de aumento significativo da instalação de infraestruturas de produção de energias renováveis. A localização e necessidade de cada barragem começa a ser escrutinada de forma cada vez mais séria; a componente da conservação da natureza na gestão da vegetação nas centrais solares vai-se impondo; nos parques eólicos a paragem das turbinas em alturas de maior risco de colisão com aves e morcegos começa a ser uma prática comum. São pequenos passos, ainda tortuosos, mas que vão na direção certa para a implementação de uma política energética sustentável que afaste cada vez mais, a realidade ainda demasiado presente dos combustíveis fósseis e os fantasmas do nuclear. ❁



Joana Bernardino



comunica 2016

comunicação na área do Ambiente

PROGRAMA

3 Novembro AUDITÓRIO DO ISCAP - PORTO

09h30 | Receção aos participantes
10h00 | Sessão de abertura

Dr.ª Célia Vilas Boas – Quercus
Dr. Olímpio Castilho – Presidente do ISCAP

10h20 | Gestão de vegetação nas faixas de servidão das redes de transporte de eletricidade. Uma mudança de paradigma.
Caso de estudo REN - Redes Energéticas Nacionais
Eng.º João Pedro Gomes Gaspar, Responsável pela área de Servidões e Património do Grupo REN.



10h40 | Discussão

10h50 | Campanha "Uma Árvore pela Floresta"

Caso de estudo: CTT - Correios de Portugal
Dr. Miguel Salema Garção, Diretor de Marca e Comunicação dos CTT



11h10 | Discussão

11h20 | *Coffee Break* e Espaço de *Networking*

11h50 | Comunica Digital

Caso de estudo: NOCTULA – Consultores em Ambiente
Eng.º Pedro Silva-Santos, Diretor Executivo da NOCTULA



12h10 | Discussão

12h20 | Comunicar para Envolver

Caso de estudo: Lipor – Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto
Dr.ª Paula Mendes, Diretora do departamento de Educação, Comunicação e Relações Institucionais da Lipor



12h40 | Discussão

13h10 | Almoço

14h30 | Comunica Energia - Projeto "Junto à Terra"

Caso de Estudo: EDP – Energias de Portugal
Dr. Vítor Batista, Especialista Sénior- Direção de Sustentabilidade



14h50 | Discussão

15h00 | Comunica Gestão de Crise

Caso de Estudo: Primeira Imagem – Consultores de Comunicação
Dr. Pedro Luiz de Castro, Diretor Primeira Imagem



15h20 | Discussão

15h30 | Comunica Sustentabilidade

Caso de estudo: Corticeira Amorim
Dr.ª Joana Martins, Coordenadora de Comunicação Corporativa do Grupo Amorim



ORGANIZAÇÃO



APOIO



PARCEIROS



Inscrições em:
www.noctulachannel.com



BIOGEOGRAFIA

NÚCLEO DE LISBOA

Núcleo Regional de Lisboa da Quercus



Sistema Dunar de Cresmina - Guincho

Visita ao Sistema Dunar Cresmina-Guincho (Cascais)

Em Maio, no dia 25, O Núcleo de Lisboa da Quercus, representado por Sandra Pereira, acompanhou a visita do colega Manuel Fernandes ao Sistema Dunar Cresmina-Guincho, em Cascais. Esta visita inseriu-se nos trabalhos preparatórios do projeto de recuperação ecológica de sistemas dunares, no litoral norte e centro de Portugal, que a Quercus pretende submeter ao programa LIFE.

O objetivo da visita foi a obtenção da informação in loco sobre o projeto de recuperação do sistema-dunar Guincho-Cresmina; sobre as técnicas de recuperação dunar utilizadas e verificar quais os resultados já alcançados. Fomos acompanhados pelo Arq.º João Melo (Diretor da Gestão da Estrutura Ecológica/Cascais Ambiente), da Câmara Municipal de Cascais, que nos fez o enquadramento geral do projeto que gere, e nos explicou passo a passo todo o processo desde o início.

Da apreciação global da visita concluiu-se que, das diversas visitas efetuadas a intervenções em sistemas dunares, esta foi aquela que se revelou mais proveitosa. O conceito de recuperação dunar do sistema Guincho-Cresmina e as técnicas de engenharia natural utilizadas são as que se aproximam mais daquelas que o projeto em elaboração pretende implementar.

Para informação complementar online:

- Recuperação da Duna da Cresmina
<http://www.cm-cascais.pt/projeto/recuperacao-da-duna-da-cresmina>
- Recuperação de espécies litorais de habitats dunares y acantilados marinos en Cascais (Portugal)
http://lifereneix.cime.es/WebEditor/Pagines/file/SIMP_V.Silva_Cascais.pdf
- Núcleo de Interpretação da Duna da Cresmina
<http://www.cm-cascais.pt/equipamento/nucleo-de-interpretacao-da-duna-da-cresmina>
- Folheto informativo do núcleo de interpretação da Duna da Cresmina
http://www.cm-cascais.pt/sites/default/files/anexos/gerais/flyer_cresmina.pdf



Sistema Dunar de Cresmina - Guincho



Sistema Dunar de Cresmina - Guincho

O Núcleo de Lisboa esteve presente na feira de ambiente - InSS - promovida pela Autarquia de Loures. Este evento realizou-se nos dias 3, 4, 5 de Junho na Quinta dos Remédios na Bobadela. O Núcleo de Lisboa esteve presente com um Stand onde distribuiu diversa propaganda relacionada com a Quercus e o meio ambiente. Muitos visitantes passaram pelo nosso espaço e apresentaram as suas dúvidas, reclamações, interesses e elogios à nossa associação ambiental. O Loures InSS teve a presença de mais de 20 expositores de várias empresas e outras entidades ligadas à área do ambiente.

No dia da inauguração os responsáveis políticos da Autarquia (Presidente da Câmara e Vereador do Ambiente) estiveram presentes em todos os expositores incluindo o do Núcleo de Lisboa. Também o responsável máximo académico do Instituto Superior Técnico de Lisboa esteve presente no nosso expositor e apresentou as suas ideias sobre os problemas ambientais atuais que preocupam a nossa sociedade. Ainda a recordar a presença do atual Secretário de Estado do Ambiente que no seu discurso invocou que a Autarquia de Loures “está na linha da frente em termos ambientais”.

João Melo

Entre os dias 3 e 5 de Junho, foram muitas as atividades disponíveis nesta feira do ambiente, nomeadamente a condução de veículos elétricos, participação em ateliês de reutilização criativa e outros de carácter mais científico, prática de zumba e ioga e ainda concertos de música diversa e espetáculos de teatro relacionados com a vertente ambiental do nosso planeta. 🌱



Diogo Lisboa e Susana Pinto (NR Lisboa da Quercus)

Ana Isabel Ribeiro

NÚCLEO DO ALGARVE

Núcleo Regional do Algarve da Quercus

Manifestação em Aljezur contra a exploração de petróleo

No passado dia 11 de Junho juntaram-se cerca de 300 pessoas à volta da Câmara Municipal de Aljezur para mostrar um cartão vermelho à exploração de hidrocarbonetos no Algarve, em terra e em mar. O evento proporcionou a possibilidade de apelar à discussão e à participação pública para parar o furo na bacia do alentejo ao largo de Aljezur, com a recolha de assinaturas para uma consulta pública.



Manifestação em Aljezur

Teresa Fonseca

Durante o dia, houve espaço para diversos gestos simbólicos como um cordão humano à volta do edifício da Câmara Municipal e uma flash mob. E, no fim, houve, também, oportunidade para a realização de uma assembleia com o Presidente da Câmara de Aljezur, José Amarelinho.

A iniciativa foi organizada por várias associações da região e pelo Movimento Algarve Livre de Petróleo (MALP), contando com o apoio da autarquia e da PALP. A Quercus Algarve também esteve presente tendo sido representada pela Tereza Fonseca.

No passado dia 7 de Julho, a Quercus Associação Nacional de Conservação da Natureza e a Plataforma Algarve Livre de Petróleo (PALP) participaram no Seminário Nacional Coastwatch (co-organizado pelo Geota e o Projeto Rios Livres) com a apresentação “Prospecção e Exploração de Hidrocarbonetos na Costa Portuguesa”.

Durante a apresentação sobre a exploração de hidrocarbonetos, falou-se na origem e objetivos da PALP e partilhou-se a experiência da Quercus nesta plataforma. Além disso, os riscos e impactos no ar, ruído, qualidade de água, sedimentos, biodiversidade, nos serviços dos ecossistemas foram apresentados na fase da sondagem e pesquisa sísmica.

A incompatibilidade da atividade de turismo com a exploração de petróleo também foi discutida. Dois vídeos foram divulgados durante a apresentação, “Petróleo no Algarve”* e o outro “The last Beach”**. Houve um apelo para a participação na consulta pública da DGRM (Edital no 005/2016 e no 008/2016) sobre a sondagem ao largo de Aljezur.

Por último, deu-se a exposição de um estudo que conclui que Algarve e Portugal devem apostar num mix de energia sem emissões de gases de efeito estufa equilibrado, combatendo assim a nossa dependência nas importações de energia e combustíveis fósseis, e, acima de tudo, as alterações climáticas.

* <https://www.youtube.com/watch?v=bcoY4OaQM40> Petroleum in the Algarve

** <https://www.youtube.com/watch?v=Caeer8H5lc> #thelastbeach

Recolha de assinaturas contra o petróleo durante o Festival Med em Loulé.

A Plataforma Algarve Livre de Petróleo (PALP) recolheu assinaturas para a objeção do furo em Aljezur que estava em consulta pública, com a colaboração do Núcleo Regional do Algarve da Quercus, durante o Festival Med, em Loulé, entre os dias 30 de junho e 3 de julho.

Esta iniciativa possibilitou ainda o envio de um postal com uma mensagem pessoal para alguns decisores políticos. Vários cidadãos de todas as idades quiseram participar nesta ação, nomeadamente, várias crianças que endereçaram uma mensagem aos nossos governantes no sentido de tentar travar o processo de exploração de hidrocarbonetos. 🌱

NÚCLEO DE AVEIRO

Núcleo Regional de Aveiro da Quercus

União de Freguesia de Recardães e Espinhel adere ao programa “Autarquias Sem Glifosato”

Para proteger a saúde das pessoas e dos ecossistemas, a Quercus está a implementar, desde 2014, o programa “Autarquias Sem Glifosato”. O programa conta agora com mais uma autarquia preocupada com a saúde dos seus munícipes, a União de Freguesia de Recardães e Espinhel, de Águeda.

A adesão da Junta de Freguesia de Recardães e Espinhel, a primeira autarquia do concelho de Águeda e uma das únicas do distrito de Aveiro, e a sua intenção de não utilizar herbicidas de síntese nas suas intervenções constitui um marco que a Quercus quer assinalar.

A Quercus irá colaborar ativamente com a autarquia no sentido de analisar as melhores soluções e partilhar experiências práticas, testemunhos e lições de outras autarquias sem pesticidas.

A Quercus apela a todas as autarquias do distrito de Aveiro que sigam o exemplo de Recardães e Espinhel.



Glifosato

Jornada voluntárias de verão no Projeto Cabeço Santo

A jornadas voluntárias de verão tiveram a particularidade especial de atravessarem a data na qual se perfazem 10 anos do início das atividades do Projeto Cabeço Santo, que se iniciou com um campo de trabalho voluntário de 5 dias, entre 1 e 5 de setembro de 2006. Por isso, todos os anos se tem realizado uma jornada de aniversário. Mas este ano são 10 anos, pelo que se prepara um conjunto especial de iniciativas. E a primeira foi exatamente uma jornada voluntária de aniversário, que se realizou no dia 3 de setembro de 2016. Outras serão uma Conferência a realizar no Salão Nobre da Câmara Municipal de Águeda com a presença de vários conferencistas e uma exposição fotográfica sobre os 10 anos do Projeto e ainda outros eventos, dos quais se darão notícias posteriormente.

Núcleo Regional de Aveiro apela à luta contra a propagação descontrolada das acácias

A Quercus tem denunciado a ameaça das espécies de flora exóticas invasoras à biodiversidade e aos serviços dos ecossistemas. Em Portugal, são bem conhecidas algumas espécies exóticas invasoras, como as acácias, entre as quais estão a Acácia-de-espigas, Acácia-Austrália e a Acácia-mimosa.

Estas espécies de acácia encontraram no nosso país condições muito favoráveis à sua proliferação (sem predadores naturais e com vantagens competitivas relativamente às espécies nativas) ocupando vastos territórios. A sua disseminação na zona centro, já para só falar na parte litoral da nossa região, tem alterado a própria paisagem e atingindo um nível deveras preocupante. Veja-se por exemplo, a generalidade do sistema dunar da nossa região, nomeadamente o caso da Reserva Natural das Dunas de S. Jacinto, ou, mais no interior, o caso da Serra do Caramulo.

A propagação descontrolada destas espécies tem graves impactos nos ecossistemas, dado que crescem vigorosamente e formam aglomerados densos que dominam sobre a vegetação herbácea e arbustiva autóctone, criando barreiras à circulação de pessoas nas áreas invadidas e utilizando os recursos disponíveis para as outras espécies, que de resto dificilmente conseguem desenvolver-se.

O controlo destas espécies invasoras exige uma gestão bem planeada, uma vez que as medidas de controlo são especialmente complexas e onerosas.

A Quercus apela aos proprietários de terrenos invadidos por acácias e às entidades públicas ou privadas que sejam gestoras de áreas verdes, que efetuem o arranque ou corte destas espécies, de modo a estancar a sua expansão descontrolada.

A Quercus irá continuar a sensibilizar as entidades públicas e privadas e a dinamizar ações, nomeadamente no âmbito do projeto Cabeço Santo, onde todos os interessados podem aprender a controlar a expansão destas e outras espécies invasoras nos campos e florestas, para as quais desde já apelamos à participação de todos os que se preocupam com este problema e pretendem contribuir para a sua solução.

Eurobirdwatch na Pateira de Fermentelos

No passado dia 1 de outubro, a Quercus – Associação Nacional de Conservação da Natureza e a Câmara Municipal de Águeda promoveram um evento de observação de aves na Pateira de Fermentelos.

O outono é tempo de migração das aves, por isso, durante a manhã, duas dezenas de amantes da observação de aves, de diversos pontos do país, com binóculos em punho e guia de campo debaixo do braço, observaram diversas espécies que se encontravam na lagoa.

Com esta atividade pretendeu-se aproveitar a comemoração do EuroBirdwatch 2016 – o maior evento europeu de observação de aves – para celebrar a riqueza e beleza das aves existentes na Pateira, realçando a sua importância para os ecossistemas, e tendo como objetivo o fomento da conservação das aves e dos seus habitats.

A Pateira de Fermentelos está a afirmar-se cada vez mais como um destino para os fãs de birdwatching, sendo esta iniciativa a primeira de um conjunto de atividades de promoção da biodiversidade da lagoa.

A atividade foi gratuita e aberta a todos os interessados. 🌱



Eurobirdwatch 2016

NÚCLEO DE BRAGA

Núcleo Regional de Braga da Quercus

Visita às Quintas de Casalermo e de Verdelho – Guimarães

O Núcleo de Braga organizou uma visita a duas quintas de produção biológica no concelho de Guimarães. Cerca de uma vintena de pessoas, entre formandos do curso de agricultura biológica que por isso antecipou a visita que costuma fazer na última sessão, e outros interessados, reuniram-se na Quinta de Casalermo, por trás do Monte da Penha, onde se produz mirtilos, framboesas, cogumelos shiitake, para além de produzir vinho verde e ter uma horta, uma vez que tendo uma casa de agroturismo descreveu o seu percurso, dificuldades e estratégias, entre as quais está a junção com outras quintas locais, tais como a de Verdelho (junto do castelo de Guimarães) para assim juntarem artigos e venderem ao público de porta aberta aos sábados de manhã. Assim, visitamos essa segunda quinta, pertença da Santa Casa da Misericórdia, que tem vindo a ser conquistada aos espanta-lobos mas, que sendo muito fértil, tem sido ótima para produção de hortícolas e onde o produtor pretende vir a fazer, num talhão, uma agrofloresta experimental.

Acabou-se a iniciativa com a compra de produtos biológicos no referido local de vendas, onde, entre outros artigos, se encontravam os do Restaurante Cor de Tangerina, que se localiza ali tão perto!



Christina Costa

Visita à Quinta de Verdelho

Caminhada: Fafe

Apesar de um grupo restrito (17 pessoas), a caminhada pelo carvalhal de Fafe foi muito apreciada por todos, pois os cerca de 12 km faziam-se facilmente, por serem maioritariamente à sombra e sem pendores excessivos. A atividade acabou da melhor forma, sentados à mesa no restaurante e parque de pesca Piacávora, comendo produtos locais e, nomeadamente a truta, sem nenhuma pegada ecológica pelo menos referente a transportes, por ter sido criada no local.

No final visitamos o Museu da Palha, no edifício de uma antiga escola primária, situado na freguesia de Golães, também no concelho de Fafe. Nele estão patentes todos os processos e etapas da utilização da palha assim como peças de artesanato, nomeadamente chapéus e bolsas de senhora, fabricados no próprio museu por artesãs mais idosas que também são mestres no ensino de jovens aprendizes.



Museu da Palha

Paisagem

Curso de Agricultura Biológica

O Núcleo de Braga realizou mais uma sessão do curso de Agricultura Biológica. Este Ano tivemos um grupo de formandos vindo das mais diferentes áreas de formação, o que demonstra o interesse da população em geral pelo Cultivo em Modo Biológico.

Os formandos procuram conhecimentos práticos que lhes permitam produzir hortícolas com qualidade e sabor sem recorrerem a fatores de produção químicos de síntese.

Ao longo destas 6 sessões foram adquirindo conhecimentos teóricos e foram tendo a oportunidade de experimentar na prática as técnicas bio que iam sendo explicadas. Entre as várias técnicas deste modo de produção destacamos uma pilha de compostagem construída durante a sessão, assim como a execução de um vermicompostor que, grande parte dos formandos, quis levar para casa.

Mas a parte mais gratificante foi a das colheitas, uma vez que, para muitos dos presentes, foi a primeira produção onde participaram do princípio ao fim. Cavaram, sacharam, trataram, por fim, colheram e, sobretudo, viram que é possível produzir bem e proteger o ambiente, simultaneamente.

A última sessão foi também dedicada à produção e conservação de sementes. Este é um tema muito sensível pois é necessário chamar a atenção da população para a preservação das espécies e variedades locais já que a autonomia dos produtores e a preservação da biodiversidade rural pode estar posta em causa.

Durante este curso tivemos ainda o prazer de visitar as Quintas de Casalermo e de Verdelho, em Guimarães, a quem muito agradecemos a amabilidade com que nos receberam e as experiências que partilharam connosco.

Agradecemos muito a todos os formandos pela participação, à Quinta Pedagógica de Braga pela cedência das instalações e aos produtores das quintas visitadas.

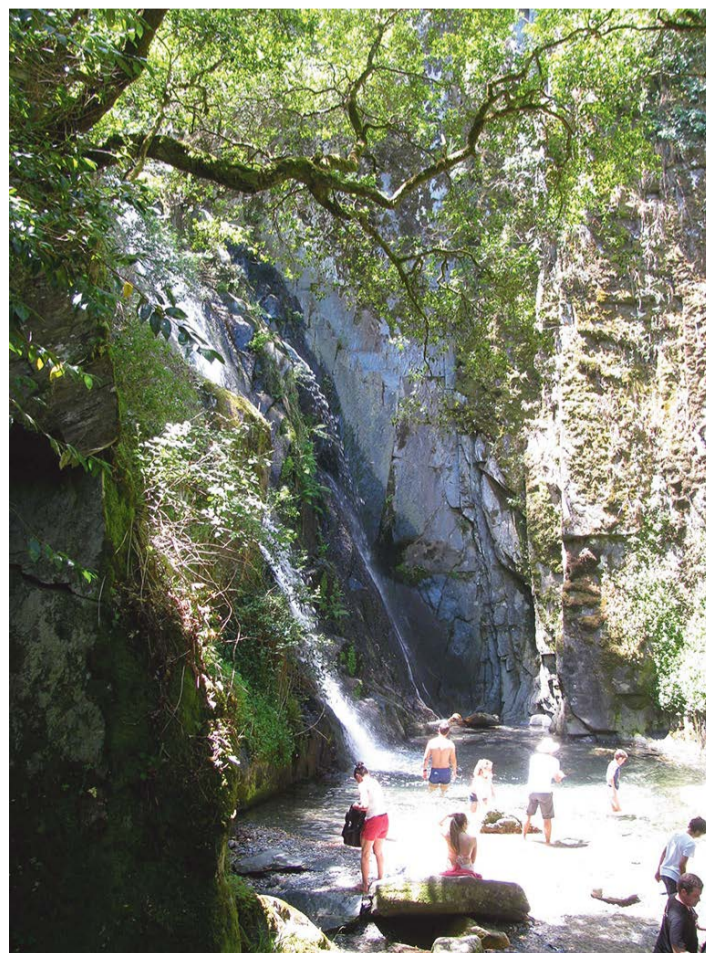
Os interessados devem ficar atentos ao site da Quercus... uma nova sessão deste curso será anunciada em breve! 🌱

NÚCLEO DE COIMBRA

Núcleo Regional de Coimbra da Quercus

Passeio à Serra do Açor

O Núcleo Regional de Coimbra da Quercus realizou, em parceria com a Associação dos Amigos da Serra do Açor, um percurso pedestre na área da Paisagem Protegida da Serra do Açor em 9 de julho de 2016 (caminho pedestre da Benfeita, Arganil). Teve como objetivo o desfrutar-se das magníficas paisagens e aprender algo sobre a paisagem e a fauna e a flora endémicas desta região. A Bióloga Raquel Campos Alves teve como missão chamar a atenção para alguns destes aspetos ao longo do percurso. O percurso foi de cerca de 10km. Participaram 14 pessoas de várias idades, dos mais jovens aos mais idosos. Esta atividade teve inscrições gratuitas e aos participantes também foi oferecido o Guia da Percursos da Serra do Açor, publicação da Quercus. Informações mais detalhadas sobre o percurso em <http://aldeiasdoxisto.pt/>. Foi um interessante passeio, apesar do ritmo algo acelerado, com identificação de várias plantas e animais. Um dos pontos mais interessantes foi a constatação da existência de vários cursos de água de que se destaca a bonita queda de água da Fraga da Pena. 🌱



Liliana Ferreira

Fraga da Pena

NÚCLEO DA GUARDA NÚCLEO DE PORTALEGRE

Núcleo Regional da Guarda da Quercus

Realizámos a 25 de julho a inauguração da exposição resultante do desafio “Como resolver o problema dos incêndios florestais?” que no último ano letivo o Núcleo Regional da Guarda da Quercus A.N.C.N., em parceria com o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (Departamento de Conservação da Natureza do Centro) e ainda com o apoio da empresa Gestflopor – Gestão florestal de Portugal, Lda, lançaram a crianças entre os 6 e os 10 anos que frequentam espaços de ATL no concelho da Guarda. O principal objetivo deste desafio foi tentar encontrar soluções inovadoras e criativas que reduzam o risco de incêndio e protejam a nossa floresta, incentivando a criatividade das crianças e permitindo dar asas à sua imaginação. Após votação dos trabalhos que contou para além das entidades promotoras do Desafio com o comandante dos bombeiros da Guarda como elemento do júri, a classificação foi a seguinte:

Alunos vencedores do 1.º ano: Ângelo e Miguel do ATL Póvoa do Mileu
 Aluno vencedor do 2.º ano: Gonçalo do ATL de Santa Luzia
 Aluno vencedor do 3.º ano: Joana do ATL de Santa Luzia
 Aluno vencedor do 4.º ano: Simão Relvas do ATL de Santa Luzia

Acima dos vencedores e dos vencidos queremos destacar a participação de todos os alunos, bem como dos educadores dos ATL, no desafio.

Os trabalhos estiveram expostos durante o mês de agosto nas instalações do Instituto Português da Juventude e Desporto da Guarda.



Exposição “Como resolver o problema dos incêndios florestais?”



Exposição “Como resolver o problema dos incêndios florestais?”

Espaço do sócio do Núcleo Regional da Guarda

Iniciámos no jornal n.º 76 um espaço de opinião no qual os sócios da área de intervenção do Núcleo Regional da Guarda da Quercus A.N.C.N. podem dar as suas opiniões, bastando para isso enviar um e-mail para o endereço guarda@quercus.pt com o que pretendem publicar. A direção do Núcleo reserva-se no direito de não publicar caso considere o conteúdo desadequado.

Lançamos ainda o desafio de se tornarem voluntários do Núcleo Regional da Guarda da Quercus A.N.C.N. colaborando na organização de atividades, sugestão de atividades, acompanhamento de denúncias, entre outras tarefas. Os interessados em colaborar deverão enviar um e-mail para guarda@quercus.pt a manifestar o seu interesse. 🌿

Núcleo Regional da Portalegre da Quercus

Libertação de aves recuperadas no distrito de Portalegre – Julho e Agosto de 2016

O Núcleo Regional de Portalegre da Quercus e o CERAS – Centro de Estudos e Recuperação de Animais Selvagens procederam durante o mês de Julho e Agosto à libertação de cinco aves que foram encontradas feridas/debilitadas no distrito de Portalegre e posteriormente recuperadas neste Centro de Recuperação de Animais Selvagens da Quercus, localizado em Castelo Branco.

As ações de libertação decorreram em Nisa, Portalegre (Reguengo) e Avis e as aves que foram libertadas foram duas Cegonhas-brancas, um Corvo, uma Coruja-das-torres e um Bufo-real. Vários sócios e cidadãos, entre os quais diversas crianças e jovens, comparecerem nestas ações de libertação, tendo as mesmas sido excelentes oportunidades para sensibilizar os presentes para a temática da conservação da natureza e a proteção das espécies silvestres.



Libertação de Cegonha-branca

Canoagem na Ribeira de Seda, Avis, 27 de Agosto de 2016

O Núcleo Regional de Portalegre da Quercus organizou, no passado dia 27 de Agosto, uma descida em canoa, na Ribeira de Seda, em Avis, em parceria com a Autarquia local e o Centro Cultural de Figueira e Barros. A descida teve início na descarga da Barragem do Maranhão e terminou junto à ponte que liga à povoação de Cabeção. O trajeto percorrido, com uma duração de cerca de quatro horas, decorreu por locais de grande riqueza paisagística e ambiental.

O percurso contou também com uma forte componente de educação ambiental com a observação e descrição da fauna e flora existente no local, a importância da preservação das galerias ripícolas e também a separação dos resíduos sólidos urbanos.

Contámos com a presença de cerca de quinze pessoas, muitas das quais sócias da Quercus, que tiveram uma grande receptividade à beleza natural do local e à mensagem que procurámos transmitir. Durante o todo o percurso reinou a boa disposição e o convívio entre os participantes, tendo existido muita entajuda em algumas zonas de maior dificuldade. 🌿



Canoagem na Ribeira de Seda

NÚCLEO DE CASTELO BRANCO

Núcleo Regional de Castelo Branco da Quercus

CERAS recebe doação de equipamentos de terapêutica veterinária

O Centro de Estudos e Recuperação de Animais Selvagens de Castelo Branco (CERAS) da Quercus (Núcleo de Castelo Branco) foi um dos projetos beneficiários de 11 mil euros, resultantes de parte das receitas da edição de 2014 do Boom Festival. O Boom Festival é um evento bienal de cultura independente e sustentável que, desde 1997, se realiza durante a lua cheia de agosto. Reconhecido

internacionalmente pela sua política de sustentabilidade ambiental, o Boom aposta cada vez mais na vertente social para apoiar um distrito crescentemente envelhecido e despovoado. O Boom Karuna (“compaixão” em sânscrito) Project “é mais um passo em frente na construção de um mundo menos díspar socialmente e é um projeto para manter nesta e em edições futuras”, revelou Artur Mendes, da organização do Boom Festival. “Sendo conhecidos os problemas sociais existentes no país, e nesta região em particular, decidimos apoiar três instituições que fazem um trabalho notável e que contribuem para o desenvolvimento humano. Optámos também por privilegiar causas que valorizam o território local, que têm sempre mais dificuldade de se financiarem revelou a organização do festival. Para o CERAS, o hospital de fauna selvagem da Quercus, em Castelo Branco, o contributo do Boom Karuna Project permitiu a aquisição de diversos equipamentos de terapêutica veterinária. Conseguimos melhorar o atendimento à chegada dos animais e realizar cirurgias, através de aparelhos importantes como um que produz oxigénio e um outro de anestesia gasosa. O CERAS funciona desde 1998 e recebe cerca de 200 animais por ano de vários distritos da Região Centro e Alentejo, como Castelo Branco, Portalegre, Santarém, entre outros. O CERAS recebe anualmente mais de 70 espécies diferentes, na sua maioria aves, como cegonhas, águias, abutres, corujas, mas também mamíferos, como lontras, texugos, morcegos e, em menor número, répteis e anfíbios. A sua principal missão é recuperar animais selvagens debilitados ou feridos e devolvê-los ao meio natural. A sua taxa de recuperação média é de cerca de 60% de animais devolvidos a natureza.



Dia aberto no Monte Barata



Equipamento de anestesia e máquina de oxigénio

NÚCLEO DO PORTO

Núcleo Regional do Porto da Quercus

WORKSHOP



15 DE OUTUBRO

**DICAS PARA DESINFEÇÃO DO SOLO ANTES DO CULTIVO
CONHECER E UTILIZAR PLANTAS INFESTANTES**

FORMAÇÃO CERTIFICADA

SÓCIOS €18 NÃO SÓCIOS €23

PORTO - QUINTA DA GRUTA

**INFO+
PORTO@QUERCUS.PT**



Dia aberto - Monte Barata

No passado dia 23 de Abril, realizámos, no Monte Barata, um dia aberto aos sócios da Quercus que contou com mais de 40 participantes entre sócios, dirigentes e voluntários. Preparámos um dia em pleno coração do Parque Natural do Tejo Internacional, onde existe uma propriedade da Quercus com um denso e coberto arbóreo de azinheiras e sobreiros. O Monte Barata abriga uma rara área de vegetação mediterrânea onde coabitam um grande número de mamíferos, aves de rapina, invertebrados e insetos. Esta micro-reserva tem registado a presença até ao momento de 688 espécies de fauna, espécies muito distintas e de diversos grupos de fauna como a águia-imperial, o gato-bravo, o abutre-preto, a lagartixa-de-dedos-denteados, o cágado-de-carapaça-estriada, veados, javalis ou a salamandra-de-pintas e o sapo-parteiro-ibérico entre muitas outras.

Durante este dia, foi possível dar a conhecer o trabalho aqui desenvolvido, proporcionar um ponto de encontro, de convívio e troca de ideias e experiências. Os participantes tiveram a oportunidade de realizar um percurso pedestre interpretativo da “Estação da Biodiversidade” (5 km - circular - baixa dificuldade) com guia, em que puderam observar alguma da biodiversidade existente e os trabalhos de conservação de espécies e habitats que estão a ser desenvolvidos nesta micro-reserva. No decorrer da atividade foi também devolvido à natureza um Bufo-real recuperado no CERAS -Centro de Estudos e Recuperação de Animais Selvagens de Castelo Branco. Esta iniciativa irá certamente ser repetida nos próximos anos. 🍄

CUIDAR DAS PARTES COMUNS

QUERCUS PRESENTE EM REUNIÃO EUROPEIA SOBRE RECUPERAÇÃO DE SISTEMAS DUNARES



http://www.pw.nl/

Aspeto do sistema dunar próximo de Zandvoort (Países Baixos)

Realizou-se de 15 a 17 de junho passado, em Zandvoort, nos Países Baixos, um encontro de projetos europeus de recuperação dunar, no âmbito do programa LIFE. Organizado pelo consórcio europeu NEEMO, este encontro promoveu um intercâmbio sobre conceitos e práticas de recuperação dunar, e uma reflexão sobre aspetos críticos de gestão de habitats dunares. O relatório sobre o estado da natureza na EU, relativo a 2007-2012, salienta que estes habitats estão num estado de conservação desfavorável, requerendo ações de recuperação adequadas.

O programa incluiu a apresentação e discussão de projetos realizados ou em curso, trabalhos de grupo temáticos, visitas de campo e um “knowledge market”, para intercâmbio de informação sobre os projetos de recuperação dunar. Aspetos críticos, como a manutenção de habitats dunares abertos, a mobilização de areia e o rejuvenescimento dunar, a gestão de espécies invasoras e a

melhoria do habitat para espécies dunares, foram abordados. Foi ainda proposta a criação de uma rede dunar europeia - European Dune Network -, para cooperação e colaboração entre ações de recuperação dunar, como contributo para o processo biogeográfico da Rede Natura 2000.

Estiveram presentes cerca de 80 participantes, oriundos de 13 Estados Membros da EU. A Quercus ANCEN foi a única organização portuguesa presente, representada pelo associado Manuel Fernandes, cuja participação foi suportada pelo ECNC - European Centre for Nature Conservation.

+ **info:** http://ec.europa.eu/environment/nature/natura2000/platform/events/events-upcoming/258_ecology_morphology_management_of_coastal_and_inland_dunes_en.htm 🇵🇹

GUIAS ELETRÓNICAS DE RESÍDUOS VÃO PASSAR A SER UMA REALIDADE, UM CONTRIBUTO PARA UM MAIOR COMBATE AO ABANDONO DE RESÍDUOS

Centro de Informação de Resíduos da Quercus

O transporte de resíduos obriga atualmente ao preenchimento de uma guia de acompanhamento de resíduos (GAR), em formato de papel, que é adquirida na Imprensa Nacional Casa da Moeda, e que regista todas as informações referentes aos detritos movimentados, modo de acondicionamento, bem como o encaminhamento que lhe é atribuído. Esta obrigatoriedade é definida pela Portaria n.º335/97, de 16 de maio e apresenta algumas diferenças e exceções, caso se trate de resíduos de construção e demolição (onde é aplicada a Guia de

Acompanhamento de RCD - GARCD) ou de resíduos sólidos urbanos, onde está isento o seu preenchimento.

Este modelo de guias tem permitido camuflar uma série de irregularidades, como o transporte de resíduos por empresas não habilitadas, o encaminhamento para destinos não licenciados ou o abandono em terrenos baldios, sem fiscalização possível. Com a publicação do novo Regulamento de Gestão de Resíduos em 2011, foi introduzida uma nova forma de registar a informação referente ao transporte de resíduos - o registo eletrónico.

Esta inovação prevê uma simplificação dos processos de registo, um maior controlo dos movimentos e uma redução no consumo do papel, uma vez que a GAR é realizada em triplicado. Assim, a adaptação ao modelo eletrónico permitirá aos operadores de gestão de resíduos planear as cargas e os movimentos realizados, tal como o acompanhamento e verificação do encaminhamento das mesmas pelas entidades inspetivas e administrativas.

Por outro lado, estas guias possibilitam a articulação entre a informação recolhida nos movimentos de resíduos realizados durante o ano e o registo obrigatório exigidos pelo SIRER (Sistema Integrado de Registo Eletrónico de Resíduos), e a qualidade dos próprios dados recolhidos, associando aos mesmos a responsabilização dos Operadores de Gestão de Resíduos (OGR) envolvidos.

Desde o início de 2016 que a APA – Agência Portuguesa do Ambiente tem desenvolvido esforços, conjuntamente com os OGR, para avaliar esta mudança e aferir algumas dificuldades processuais e práticas que a adaptação poderá necessitar, prevendo-se a concretização da mesma para breve, através da publicação de uma Portaria que irá definir o modelo da Guia Eletrónica de Resíduos e a sua aplicação.

São inúmeras as vantagens desta mudança, facto que tem fundamentado a pressão que a Quercus tem exercido junto dos organismos da tutela responsáveis pela concretização da medida. Face às grandes vantagens da utilização deste tipo de Guias, há muito que a Quercus tem vindo a alertar para a necessidade de implementar este mecanismo no transporte de resíduos em Portugal, uma vez que já se encontrava inclusive consagrada na Legislação Nacional desde 2011.

Apesar de terem sido necessários 5 anos para conseguir operacionalizar e regulamentar este mecanismo, a Quercus espera que as mesmas possam ajudar a pôr um ponto final no abandono de detritos e na gestão incorreta de resíduos, bem como na proliferação de empresas não licenciadas e sem qualquer exigência de proteção ambiental. 🌱

ESTRATÉGIA EUROPEIA PARA DESCARBONIZAR TRANSPORTES NOVOS LIMITES PARA TRANSPORTE RODOVIÁRIO MAS AVIÕES E NAVIOS FICAM ‘ESQUECIDOS’

Grupo de Energia e Alterações Climáticas da Quercus



Foi divulgada ontem em Bruxelas a Estratégia da União Europeia (UE) para uma mobilidade de baixas emissões [1], a qual inclui novos limites de emissão de dióxido de carbono (CO2) para novos veículos ligeiros de passageiros e comerciais, abrangendo, pela primeira vez, os novos veículos pesados.

Apesar de aplaudir este passo importante na descarbonização dos transportes, a Quercus considera que o plano da Comissão Europeia (CE) peca por não alargar essa mesma ambição a setores largamente poluentes, como a aviação e o transporte marítimo internacional.

Estes novos padrões de eficiência de combustível (e emissões CO2 associadas) para o período pós-2020, aplicáveis aos veículos rodoviários, darão uma ajuda fundamental para que os Estados-membros cumpram as respetivas metas climáticas para 2030, também elas confirmadas hoje.

A Europa segue, assim, os passos de outros países, como os EUA, a China, o Japão e o Canadá, ao introduzir limites de emissão de CO2 também para os camiões, cujos padrões de eficiência de combustível se encontravam estagnados há mais de 20 anos.

Portagens variáveis de acordo com o consumo de combustível

A Quercus congratula-se com o compromisso da CE em actuar neste setor dos transportes durante o presente mandato, estabelecendo um sistema de portagens para veículos pesados que tenha em conta a sua eficiência no consumo de combustível.

Esta decisão sobre os veículos pesados segue o exemplo do que já é praticado na Califórnia, EUA, em que os fabricantes são incentivados a colocar no mercado veículos de zero ou ultrabaixas emissões, em conjunto com mecanismos de medição de emissões na estrada.

A aplicação de medidas semelhantes na UE poderá trazer mais competitividade e variedade no

mercado dos veículos elétricos, que atualmente não existe. Os veículos “zero emissões” serão indispensáveis para descarbonizar completamente os transportes rodoviários até 2050.

Biocombustíveis agrícolas e gás natural não são solução

O compromisso para a eliminação “gradual” dos biocombustíveis de produção agrícola é também bem-vindo, na opinião da Quercus, mas só deverão ser conhecidos mais detalhes sobre este processo aquando da publicação, no final deste ano, da política europeia sobre bioenergia para o pós-2020.

Por outro lado, é surpreendente o facto da CE continuar a apoiar a circulação de camiões movidos a gás natural enquanto solução pan-europeia de longo prazo, tendo em conta os recentes dados sobre o seu elevado custo e baixo potencial de redução de emissões.

Aviação, transporte marítimo e ferroviário ficaram “esquecidos”

No entanto, estas reduções das emissões nos veículos rodoviários acabam por ser ‘anuladas’ pelo aumento das emissões dos aviões e do transporte marítimo, onde não tem havido nenhuma ambição ou ação eficaz da UE. Para além disso, a Comissão Europeia abdicou da sua responsabilidade e liderança junto de organizações internacionais sob a alçada das Nações Unidas, como a Organização da Aviação Civil Internacional e a Organização Marítima Internacional, cuja ação tem sido insuficiente.

É particularmente decepcionante que a CE não tenha proposto qualquer medida significativa para revitalizar o transporte ferroviário de passageiros, uma ferramenta fundamental na descarbonização e eletrificação dos transportes.

Primeiro passo positivo, mas é preciso ir mais além

A CE distribuiu hoje as metas de redução das emissões de CO2 para 2030 pelos Estados-membros e prometeu ajudar através de uma maior atuação europeia no setor dos transportes. O plano é bom, mas só irá funcionar se houver capacidade de passar das promessas à ação.

Por outro lado, o facto desta iniciativa de descarbonização dos transportes deixar de fora setores vitais como a aviação e o transporte marítimo, é também um ponto negativo. Os navios petroleiros de casco duplo, os combustíveis navais com baixo teor de enxofre e os preços do carbono para a aviação são todas políticas com selo europeu. Há, por isso, que revelar ambição e não deixar que as emissões provenientes dos aviões e navios ‘substituam’ as emissões do transporte rodoviário.

É importante reforçar que a redução das emissões de CO2 no setor dos transportes ajudará não só no combate às alterações climáticas, mas também permitirá resultados positivos a outros níveis, como a dependência energética, a redução das despesas com energia e a criação de empregos. 🌱

CUIDAR DAS PARTES COMUNS

FABRICANTES DE AUTOMÓVEIS EUROPEUS SUJEITOS A NOVOS TESTES DE EMISSÕES A PARTIR DE 2018

Grupo de Energia e Alterações Climáticas da Quercus



A partir de 2018, os fabricantes de automóveis serão obrigados a fornecer dados mais realistas quanto ao consumo de combustível dos novos veículos que lançarem no mercado europeu, graças à introdução de um novo procedimento de teste em laboratório para emissões de dióxido de carbono (CO₂), o WLTP (World Light Duty Test Procedure, em inglês).

Esta decisão, tomada no passado mês de Junho, entre Estados-Membros, Comissão e Parlamento Europeu, permitirá reduzir as emissões poluentes associadas e obter poupanças reais de combustível para os consumidores portugueses.

O teste atualmente utilizado (NEDC - New European Driving Cycle) apresenta várias lacunas que dão margem aos fabricantes para manipular os procedimentos e produzir de forma "artificial" os valores oficiais de emissões de CO₂ e consumo de combustível. Estas falhas traduziram-se num aumento significativo da discrepância - de 8% para mais de 40% - entre os resultados dos testes e o desempenho real do veículo. A eficiência dos veículos medida em condições reais na estrada está estagnada há três anos.

Controlo real em estrada continua a ser necessário

Embora este novo teste WLTP seja um bom passo em frente, trata-se ainda assim de um teste padrão executado em condições pré-estabelecidas e, portanto, propenso a novas formas de 'otimização' dos veículos. Em 2025, espera-se que a diferença de emissões seja superior a 30%. Nesse sentido, será necessário complementar o teste em laboratório com controlos aleatórios na estrada.

Em Outubro do ano passado, vários países liderados pela Alemanha sucumbiram à pressão dos seus fabricantes de automóveis e foram forçados a "enfraquecer" as normas de emissão para os novos veículos a gasóleo. Com esta decisão agora tomada, voltou-se ao bom caminho. Será preciso manter o bom senso agora demonstrado também em futuras votações de modo a garantir que a aprovação dos veículos seja rigorosa, independente e com base em testes realizados em condições reais de estrada. Os Estados-Membros e o Parlamento Europeu estão atualmente a negociar uma proposta de revisão do sistema de aprovação de novos veículos para venda na UE. A Comissão Europeia está a preparar uma proposta de novos limites de emissão de CO₂ no período pós-2020, esperada para o primeiro trimestre de 2017. 🌱

80% DO PETRÓLEO USADO NA UNIÃO EUROPEIA VEM DE EMPRESAS NÃO-EUROPEIAS, COM PREDOMINÂNCIA DA RÚSSIA

Grupo de Energia e Alterações Climáticas da Quercus

A partir de 2018, os fabricantes de automóveis serão obrigados a Quatro quintos do petróleo consumido na União Europeia (UE) provém de empresas não europeias, com uma clara predominância de fornecedores russos, que garantem um terço (36%) do petróleo bruto importado. É o que revelou um novo estudo sobre a dependência do petróleo na UE, elaborado pela Cambridge Econometrics para a Federação Europeia dos Transportes e Ambiente (T&E), que a Quercus integra.

Apenas 2 dos 10 principais fornecedores de petróleo são europeus, sendo a maior parte do petróleo importado fornecido por empresas de países com uma situação política e social instável, como são os casos da Rússia e da Líbia.

Para a Quercus, a excessiva dependência energética do petróleo externo está a dar lucro às grandes companhias petrolíferas destes países, aumentando a insegurança energética na UE. A Rosneft e a Lukoil, duas empresas russas, representam a maior quota de importações de crude de petróleo para a UE.

Petróleo e gasóleo externos custam 300€/ano por cidadão europeu
Segundo uma estimativa do T&E, os custos associados à importação de petróleo e gasóleo podem ascender a 300 Euros por ano, e por cada cidadão europeu, dinheiro este que está a fluir para fora da economia europeia.

A dependência de importações de petróleo bruto (crude) tem aumentado drasticamente na Europa nos últimos 15 anos. Da mesma

forma, a dependência das importações de gasóleo duplicou, entre 2001 e 2014, para 35 mil milhões de euros. Registando uma tendência contrária, a produção doméstica da UE e as importações de crude a partir de países com um nível de instabilidade geopolítica muito baixo, como a Noruega, têm diminuído, o que agrava a insegurança energética europeia.

Transportes são setor mais dependente do petróleo externo

Os transportes são o setor mais dependente do petróleo importado na UE, representando dois terços da procura de produtos petrolíferos finais na Europa.

A implementação de medidas de descarbonização dos transportes poderia trazer claros benefícios ao nível da segurança económica, ambiental e energética, uma vez que a queima de combustíveis fósseis está diretamente associada às emissões de dióxido de carbono (CO₂), o mais importante gás com efeito de estufa (GEE).

Neste contexto, a Estratégia Europeia de Mobilidade de Baixo Carbono não deve negligenciar as seguintes linhas de ação:

- Novos e ambiciosos limites de emissão de CO₂ para os veículos ligeiros de passageiros, comerciais e pesados, para 2025;
- Uma estratégia abrangente para impulsionar os veículos elétricos no setor dos transportes;
- Medidas para reduzir as emissões da aviação e do transporte marítimo internacional;
- Descontinuação dos apoios públicos à produção de biocombustíveis não sustentáveis.

A proteção do ambiente e da segurança energética são dois lados da mesma moeda. Estabelecer um plano ambicioso com vista à descarbonização dos transportes reduzirá a procura de petróleo e garantirá que o dinheiro dos contribuintes europeus fica salvaguardado, com o fomento da inovação, da criação de emprego e da segurança energética. 🌱

REFRIGERAÇÃO PROFISSIONAL MAIS EFICIENTE PODE REDUZIR CONSUMO ENERGÉTICO ATÉ 50%

Grupo de Energia e Alterações Climáticas da Quercus



Vinte anos após a introdução da etiqueta energética na União Europeia para aparelhos de refrigeração para uso doméstico, os regulamentos de conceção ecológica e de rotulagem energética foram estendidos aos congeladores e frigoríficos comerciais e profissionais.

Desde 1 de Julho 2016, os armários refrigerados plug-in de armazenagem profissionais terão que exibir a bem conhecida etiqueta energética da União Europeia. Trata-se de uma medida benéfica considerando o impacto positivo destes regulamentos ao nível do mercado doméstico e o potencial de poupança por explorar nos mercados comercial e profissional.

Os produtos profissionais de refrigeração consomem grandes quantidades de energia, acarretando custos elevados para as empresas, e os aparelhos plug-in são usados em praticamente todos os supermercados, hotéis, restaurantes, bares e cantinas. O consumo energético dos produtos de refrigeração ineficientes pode ser reduzido em 30-50%, se substituídos pelos mais eficientes. Os modelos fechados de maior eficiência podem mesmo proporcionar poupanças de vários milhares de euros durante o seu tempo de vida. Considerando que grande parte dos utilizadores profissionais destes produtos possui mais do um aparelho, o potencial de poupança é enorme.

Nova etiqueta com classes de A a G (A+++ a G, a partir de 1 julho 2019).

A nova etiqueta energética para aparelhos de refrigeração de armazenagem profissionais permitirá identificar, nos pontos de venda, os produtos mais eficientes. A etiqueta fornece o nome do fabricante e modelo juntamente com a seguinte informação técnica:

- Classe de eficiência energética e consumo de eletricidade anual
- Volume líquido
- Classe climática

Para garantir o aumento da eficiência energética, a etiqueta energética é complementada com outra ferramenta, menos visível para os compradores - o regulamento de conceção ecológica. Este define os requisitos mínimos obrigatórios que os aparelhos têm que cumprir para poderem ser colocados no mercado. Em conjunto, estes regulamentos contribuirão para a melhoria dos produtos ao longo do tempo.

Refrigeração doméstica 4 vezes mais eficiente do que há 20 anos

A aplicação dos regulamentos de etiquetagem energética e a conceção ecológica podem ter consequências muito positivas, tal como comprova a evolução dos aparelhos de refrigeração domésticos nos últimos 20 anos. Na altura, a média dos produtos só alcançava as classes C ou D e hoje os modelos no mercado já atingem, em média, a classe A++, e são quatro vezes mais eficientes do que há 20 anos.

Projeto ProCold quer mais produtos eficientes no mercado

Há mais de um ano que o projeto Europeu ProCold tem vindo a recolher informação sobre os aparelhos de refrigeração profissional e comercial disponíveis no mercado Europeu. Para identificar os melhores produtos foram desenvolvidos critérios de seleção exigentes de eficiência energética e também de qualidade dos fluidos refrigerantes.

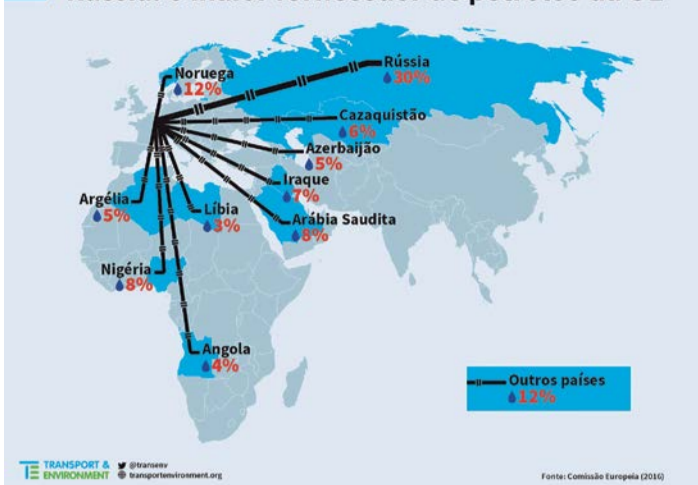
As listagens com os produtos e os respetivos critérios de seleção estão disponíveis online em www.topten.eu/pro-cold e www.topten.pt.

O projeto tem como objetivo o aumento da quota de mercado dos produtos mais eficientes. Nesse sentido, estão a ser contactados mais de 1000 atores de mercado relevantes - fabricantes, utilizadores diretos, empresas de serviços, setor público - a nível nacional e internacional.

Para além de pretender estimular o desenvolvimento e a melhoria da eficiência energética dos aparelhos profissionais plug-in de refrigeração, o ProCold visa a promoção da utilização de fluidos refrigerantes naturais. Estes têm um potencial de aquecimento global (PAG) abaixo de 5, enquanto a maioria dos aparelhos ainda usa fluidos refrigerantes com PGA até 4000.

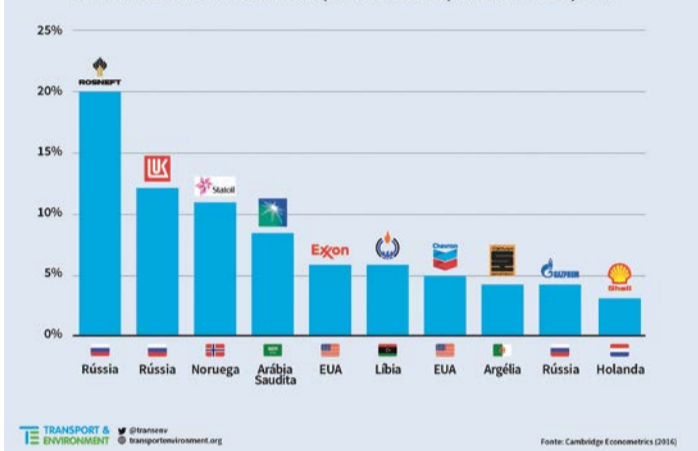
Em Portugal, o projeto está sob a responsabilidade da Quercus. 🌿

Rússia: o maior fornecedor de petróleo da UE



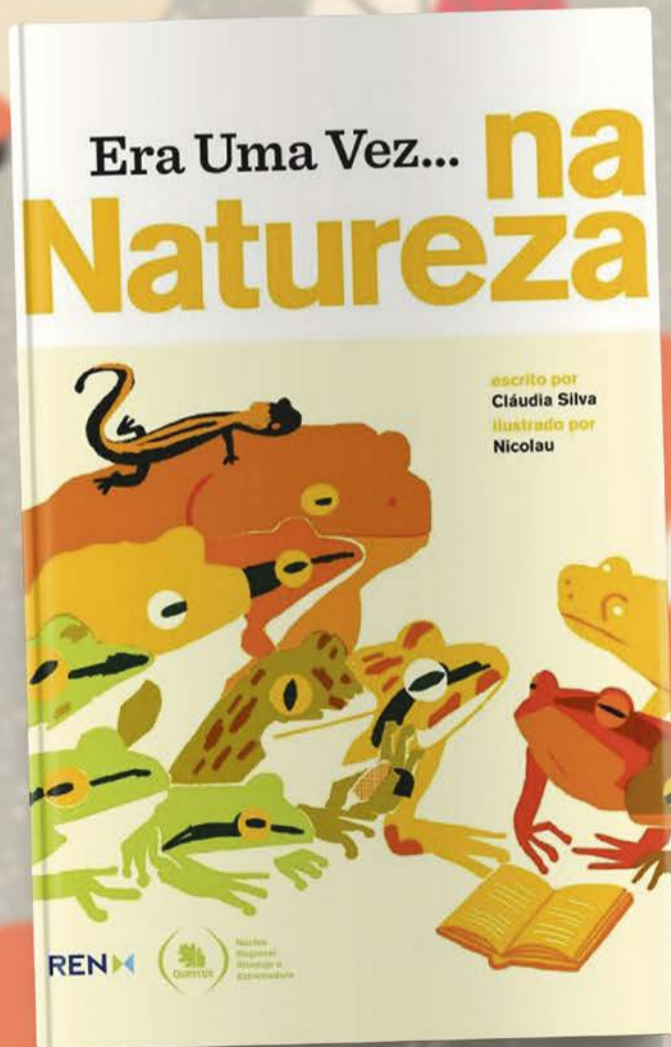
Quem fornece petróleo à Europa?

8 dos 10 maiores fornecedores de petróleo são empresas não-Europeias



TRANSPORTS & ENVIRONMENT

ATÉ DIA 31 DE OUTUBRO



30 %DE DESCONTO NA LIVRARIA DA LOJA ONLINE DA QUERCUS



LOJA.QUERCUS.PT

ECOTOPIA

LIVROS

Aurélio Porto, *Flor de um Dia - Poesia inédita reunida*, Edições Sempre-em-Pé, Águas Santas (Porto), 2009, 572 pp., 25 €

Joëlle Ghazarian

Aurélio Porto é um dos mais discretos poetas portugueses. Mas este reservado nome literário «encobre» uma das mais relevantes figuras do ambientalismo em Portugal, fomentador, desde os anos 60, do que viria a ser o movimento ecológico português e desde então ativista constante das lutas e perspetivações que têm dado corpo a esta corrente do pensamento, hoje envolta em contradições a que é necessário prestarmos maior atenção crítica. Com efeito, Aurélio Porto é um dos pseudónimos de José Carlos Costa Marques, atualmente membro fundador da Campo Aberto - Associação de Defesa do Ambiente (criada em 2000) e diretor das Edições Sempre-em-Pé, em cujo catálogo se encontram algumas das obras indispensáveis do ambientalismo internacional. Em 2009, a Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente galardoou-o com o Prémio Nacional de Ambiente Fernando Pereira.

É curioso notar que abordamos este livro na altura em que perfaz vinte anos uma das produções da Sempre-em-Pé, a *DiVersos - Poesia e Tradução*, revista absolutamente singular no panorama português apesar do ostracismo com que tem sido brindada até mesmo pelas publicações «da especialidade».

A história editorial de *Flor de um Dia* é também singular: esta extensa coletânea, que vai de 1961 à atualidade, manteve-se na gaveta durante décadas (cinquenta anos, no caso de muitos dos poemas), em grande medida porque o autor se encontrava por demais ocupado com predominantes atividades do movimento ecologista.

Mas, afora tais circunstâncias, digamo-lo desde já: trata-se de uma obra que, além de impor respeito pela sua seriedade, veio finalmente «revelar» um autor com quem se impõe dialogar no plano da poesia. Assente numa poética cujas formas são de cariz intemporal, a sua integridade revela-se a cada passo nas múltiplas formulações em que se lança, no amplo leque de temas que a constitui. E porque a sua ligação com o mundo (meditativa ou tumultuosa, discursiva ou quase aforística) parte da exigência dum relacionamento genuíno com a tessitura imediata do real, e porque, desse modo, a biografia humana do autor está presente no ato de se exprimir, este livro é em boa parte uma fecunda e estimulante meditação sobre o que representam as relações das sociedades contemporâneas com a natureza, expondo sucessivos

questionamentos sobre o aparente mistério de estas sociedades se constituírem e manterem, corporalmente, como inimigas da natureza. E sobre o vastíssimo drama que isso significa, quer nas íntimas características físicas dos territórios e da Terra como um todo, quer na mutilada existência humana que daí resulta.

De uma grande diversidade formal e temática, os poemas de *Flor de um Dia*, além deste referido lastro que luminosamente os percorre, por vezes como música lancinante, abrangem, em cíclicas construções, por exemplo, a infância como contraste e meta do adulto, o amor como alimento de todos os sentidos, a amizade como mútua exigência de aprumo e crescimento, a efemeridade e o sofrimento como consciências radicais, o concreto como alicerce do sonho, a bondade como indispensável higiene mental, a história como bússola investigativa, a língua como dádiva a merecer, a beleza como o que deveria ser necessidade central. As sucintas notas, de apenas três páginas, com que o autor antecede a coletânea, transmitem-nos algumas coisas essenciais: «A poesia [...] é do domínio mais do real que da palavra. Digo-o sabendo que vou ao arripio da obsessão da poesia literária atual pela “palavra”, pelo “poema” e pelo “texto”. Esta conceção excessivamente “linguística” é talvez simples reflexo do esvaziamento da poesia do real a que foi sujeito o nosso mundo e que alguns designam por “desencantamento». E um esclarecimento: «...inextricavelmente entrelaçadas, em *Flor de um Dia* estão presentes [...] a subjetividade extrema e a sociabilidade assumida. E nisso limita-se esta coletânea a seguir uma via que é, na poesia, a de sempre, a mais moderna e a mais ancestral.»

Estes poemas percorrem também uma grande diversidade de geografias, tendo em conta que o autor, nascido no Porto, viveu em vários países da Europa e da América do Sul e calcorreou longamente muitos lugares em busca do espírito que neles habita e das inspirações que podem facultar.

Flor de um Dia, cuja esteva branca da capa é um talismã, é obviamente um livro para demorado cultivo, jardim onde se deambula atravessando épocas, sítios, nomes, figuras, sombras, enigmas, grandes claridades. Será, sem dúvida, uma marca profunda para quem passe pela íntima experiência de o soletrar, de nele sondar as decifrações. 🌱



Wulf, Andrea (2016), *A invenção da natureza - as aventuras de Alexander von Humbolt - o herói esquecido da ciência* [tradutor Pedro Vidal]. Temas e Debates - Círculo de Leitores. 545 páginas

P.V.P. 22,20 €

A escritora Andrea Wulf, para escrever a biografia de Humbolt, seguiu as suas pegadas, tendo mesmo ido à Venezuela e ao Equador, onde esteve a 5000 metros no Chimborazo, a montanha que inspirou o cientista. Contactou com dezenas de investigadores e bibliotecas de vários continentes, no enalço do «herói» do movimento ambientalista.

Humbolt é o «pai fundador»: os ambientalistas, os ecologistas e os escritores da natureza mantêm-se enraizados na sua visão da natureza. Dizia que a natureza tinha de ser descrita com precisão científica mas sem ser «privada por isso do vivificante sopro da imaginação».

A biografia agora publicada dá-nos a conhecer a vida fascinante de Humbolt (1769-1859). O livro percorre a vida desde a Prússia (atualmente Alemanha), onde foi influenciado e influenciou o escritor Goethe; passando pela grande viagem de cinco anos pelas Américas, do regresso à Europa, onde se tornou no maior cientista da sua época; termina com a influência que exerceu em cientistas como Darwin ou Haeckel (que nomeou pela primeira vez a disciplina de Humbolt - ecologia) e em ambientalistas como Muir (fundador do Sierra Club).

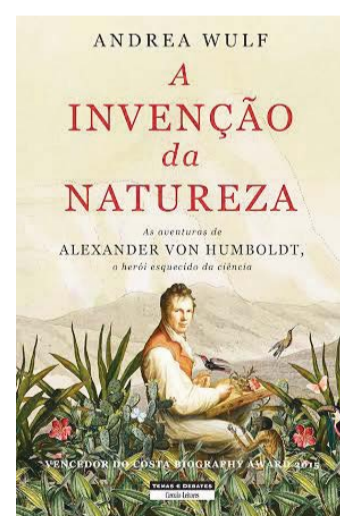
Humbolt «viu a terra como um grande organismo vivo, em que tudo estava ligado, concebendo uma ousada nova visão da natureza, que continua a influenciar a forma como compreendemos o mundo natural».

O objetivo da sua viagem pelas Américas foi o de «descobrir como todas as forças da natureza estão imbricadas e entretecidas, de que forma a natureza orgânica e inorgânica interagem».

Procedia a rigorosas medições (de parâmetros como a altitude ou a temperatura), recolhia todo o tipo de plantas, o que lhe permitiu compreender a distribuição das plantas de acordo com a altitude e latitude em todo o mundo. Não se limitava ao estudo dos seres vivos, pois estudava tudo: a história, às línguas, as rochas e a água. Não considerava os indígenas bárbaros. Falava do «barbarismo do homem civilizado» ao ver como o povo local era tratado pelos colonos e pelos missionários. Ficava cativado pelas suas cultura, crenças e línguas. Eram os melhores observadores da natureza que conhecia.

Registou a ação da humanidade em todo o globo e avisava como podia afetar as gerações futuras. Foi o primeiro a relacionar o colonialismo com a devastação ambiental. Mostrou que a humanidade tem o poder de destruir o ambiente e as consequências podem ser catastróficas. Humbolt desenvolveu a ideia de mudança climática induzida pelo homem, ao descrever o que se tinha passado no lago Valencia (Venezuela). Ao contar como o Homem estava a mudar o clima Humbolt «tornou-se o pai do ambientalismo».

Da sua extensa obra destaca-se a «Naturgemälde», «um desenho que mudou a forma como as futuras gerações viriam a perceber o mundo natural». Um esquema da montanha Chimborazo, relacionando-a com outras montanhas em todo o mundo e com os seres vivos existentes a diferentes altitudes. Era um «microcosmo numa página». Na obra «Cosmo» pretendeu condensar todo o conhecimento, desde o espaço exterior ao núcleo da Terra. Levou vinte anos a escrever os vários volumes de Cosmo. Com o método interdisciplinar conseguiu tornar a ciência acessível e popular. A autora mostra a influência que teve e continua a ter. Refere que Goethe comparou Humbolt a uma «fonte com tantas gotteiras de onde escorre um refrescante e infinito fluxo, que só temos de lhes pôr os nossos cálices por debaixo». 🌱



José Janela

RETRATO

O ALECRIM



Alecric

O Alecric é um arbusto autóctone, ou seja, ocorre naturalmente no nosso país. É uma planta aromática muito apreciada pelas abelhas que usam o seu pólen para fazer o mel.

Características

O alecric tem folha perene, ou seja, mantém a folha durante todo o ano e produz umas flores lilases durante os meses de inverno e primavera. Pode atingir 1.5 metros de altura e forma arredondada. É uma planta que liberta um aroma intenso, especialmente quando os dias ficam mais quentes.

Habitat

Podemos encontrar os alecrins nos matos mediterrânicos, de preferência em zonas quentes e secas. Não necessita de muita água para viver, e também não é muito exigente no tipo de solo, podendo este ser pobre em nutrientes.

Usos e Costumes

Há décadas que as plantas aromáticas e medicinais foram relegadas para um canto, marginalizadas e até esquecidas. As plantas aromáticas são um manancial por explorar com potencial terapêutico ainda muito desconhecido. Portugal possui uma flora rica em plantas medicinais, nem sempre exploradas convenientemente. O uso tradicional das plantas medicinais é uma prática com séculos de existência, fundamentada no conhecimento empírico dos antigos, transmitido de pais para filhos. Considera-se planta medicinal, aquela que contém um ou mais princípios ativos que lhe conferem atividade terapêutica. As plantas, pelas suas propriedades terapêuticas ou tóxicas tornaram-se importantes na medicina popular, sendo o Alecric uma delas.

Em fitoterapia o Alecric é usado no combate à tosse, gripe, asma, como regulador da tensão arterial e como auxílio à digestão. É particularmente rico em vitamina A, C, cálcio, ferro, magnésio e potássio.

O óleo essencial de Alecric tem substâncias orgânicas voláteis com potencial efeito terapêutico para a artrite, enxaqueca, memória e reumatismo.

É muito utilizada como planta ornamental de jardins. As suas folhas são muito utilizadas em perfumaria e também na culinária.

Como se trata de uma planta melífera, ou seja, usada pelas abelhas para fazer o mel, é frequentemente plantada próximo das colmeias, o que ajudou a alargar a área de distribuição.

O Alecric desde sempre foi e ainda é utilizado na religião, na católica e na ortodoxa, por exemplo, como purificador do ar e dos templos, em incensos ou ao natural.

É muito utilizada como planta ornamental de jardins. As suas folhas são muito utilizadas em perfumaria e também na culinária. Como se trata de uma planta melífera, ou seja, usada pelas abelhas para fazer o mel, é frequentemente plantada próximo das colmeias, o que ajudou a alargar a área de distribuição.

O Alecric e a fitoterapia

De acordo com inúmeros estudos, o Alecric é um excelente fitoterápico, sendo indicado para controle da tosse e da gripe, combate das crises de asma e alívio de dores causadas por contusões. Esse arbusto também equilibra a pressão arterial, pode auxiliar no tratamento de dores reumáticas e gota, além de ser diurético e acelerar a digestão, ainda facilita a menstruação, combate a icterícia e tem ação sedativa.

As partes do Alecric que são utilizadas em fitoterapia são as folhas e as flores.

São-lhe atribuídas as seguintes propriedades - Antioxidante, anti-reumático, depurativo e diurético.

Pode ser utilizado na forma de chá, contra os gazes, como condimento ou tempero, contra a tosse e na prevenção de doenças degenerativas, tal como a Doença de Alzheimer, devido ao forte efeito antioxidante do Alecric. Também tem efeito no alívio de enxaquecas, úlceras do estômago e nas cistites.

Pode também usar-se na forma de pomadas, sendo benéfico nos casos de artrites e artroses.

Por ter propriedades cicatrizantes, antimicrobianas e estimulantes, o óleo essencial do Alecric é incorporado na formulação de cremes e loções para o tratamento do couro cabeludo.

Como cicatrizante de feridas e tumores: usam-se folhas secas reduzidas a pó ou suco. Na aromaterapia o Alecric é utilizado para estimular a memória.

De acordo com alguns especialistas ramos de Alecric devem ser dependurados em oficinas e áreas onde crianças fazem tarefas escolares para aumentar o desempenho.

Segundo algumas pesquisas a inalação com óleo essencial de Alecric é indicada para o combate da depressão e a ansiedade por ter ação relaxante.

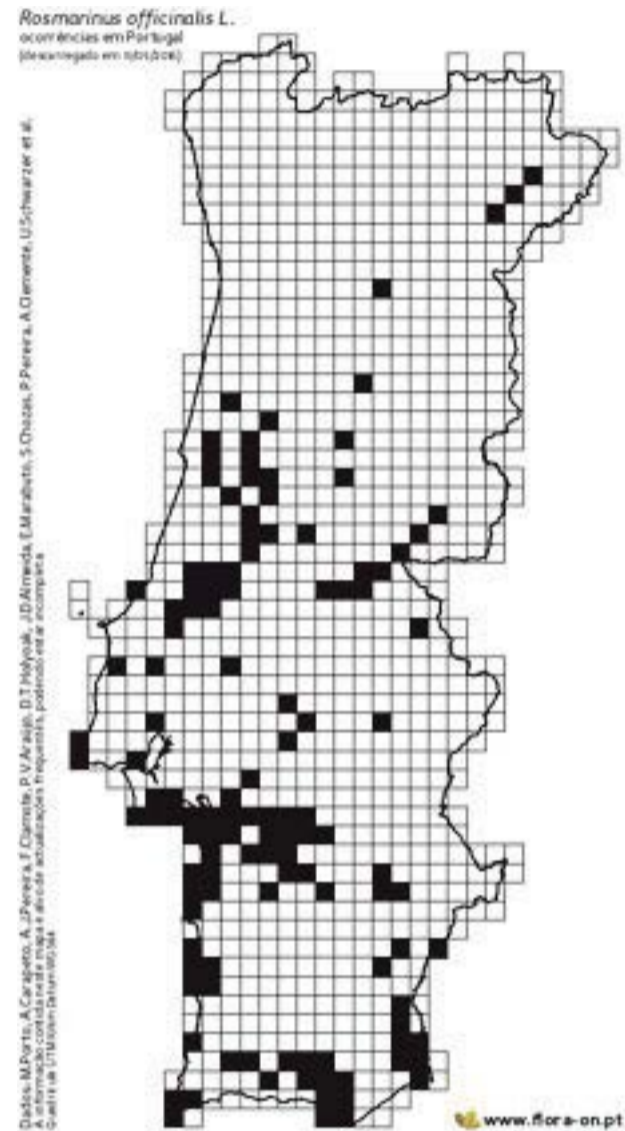
O óleo essencial de Alecric também tem uma ação antiviral potente. Segundo estudos o óleo essencial de Alecric pode contribuir para o controle do vírus do herpes simples que é responsável por uma grande variedade de doenças que pode levar à morte.

Curiosidades

Originário da região mediterrânica, o Alecric é símbolo da fertilidade e, na idade-média, era usado para purificar o quarto de doentes. Como o seu aroma é estimulante, os estudantes gregos usavam ramos nos cabelos para alertar a memória durante os exames.

Uma curiosidade é que praticamente só as abelhas usam o alecric e quase mais nenhum inseto gosta de se aproximar dele! Então, onde estão os alecrins não há quase insetos, nem as antipáticas melgas que nos picam, nem os parasitas que fazem mal aos nossos cães e gatos, como carraças e pulgas. 🐝

ÁREA DE DISTRIBUIÇÃO DO ALECRIM EM PORTUGAL



GLOSSÁRIO

Autóctone - Termo que significa “nativo” ou “indígena”, usado principalmente para designar espécies da flora e da fauna que ocorrem naturalmente numa determinada região.

Paisagem Mediterrânica - A paisagem mediterrânica é atualmente constituída por um conjunto de diferentes tipos de biótopos: florestas, montados de sobro e azinho, bosques, zonas húmidas, matos e matagais e ainda algumas áreas mais degradadas e áridas com apenas plantas anuais ou rocha nua. O clima é caracterizado por verões quentes e secos e invernos húmidos e frios. Estas condições climáticas exercem uma influência profunda na vegetação e na vida selvagem da região. A região mediterrânica possui não apenas uma biodiversidade muito rica, mas também um grande número de espécies que não existem em nenhum outro lugar do mundo. Esta região é considerada um dos principais “hotspots” de biodiversidade do planeta, com uma enorme diversidade de espécies que aí ocorrem.

FONTES

- Flora de Portugal - Flora-On - <http://www.flora-on.pt>
- Florestar.Net - <http://www.florestar.net>
- Plantar Portugal - <http://www.plantarportugal.org>
- Wikipédia - <https://pt.wikipedia.org/wiki/Alecric>

BIBLIOGRAFIA

Binagre P, Aguiar C, espírito-santo D, Arsénio P & Monteiro-Henriques T [Coord.s Cient] (2007): *Guia de Campo - As árvores e os arbustos de Portugal continental*. 462 Pp. In vol.IX dea Sande Silva J [Coord. Ed.] (2007): Coleção Árvores e Florestas de Portugal. Jornal Público/ Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento/Liga para a Protecção da Natureza. Lisboa. 9 Vols.



Observação de Aves

2 Outubro 2016

10h às 12h

Parque Bom Jesus do Monte, Braga

- > Francisco Areias e Rui Santos
- > Inscrições gratuitas mas obrigatórias, até 28 Setembro
- > Adultos e crianças
- > Levar binóculos e guias de identificação
- > Inscrições: www.braga.quercus.pt
- > Informações: braga@quercus.pt 927 986 133



Saboaria e Cosmética Natural "oficina"

5 Novembro 2016

> 9h 30 às 12h 30

Quinta Pedagógica de Real, Braga

- > Sócios: 25€
- > Não Sócios: 30€
- > Mínimo de inscrições 10 Formandos
- > Inscrições até 1 Novembro
- > Inscrições: www.braga.quercus.pt
- > Informações: braga@quercus.pt 927 986 133



Oficina de Algas

12 Novembro 2016

11h às 14h

Quinta Pedagógica de Real, Braga

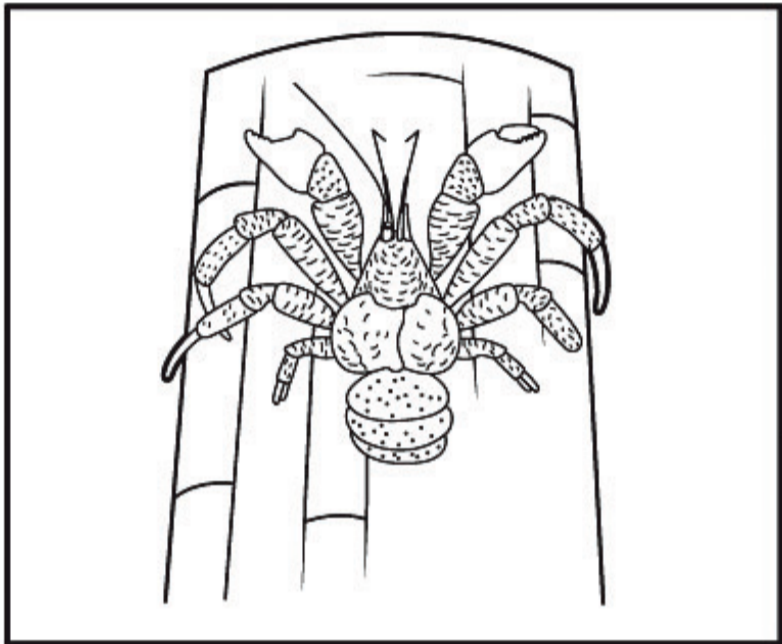
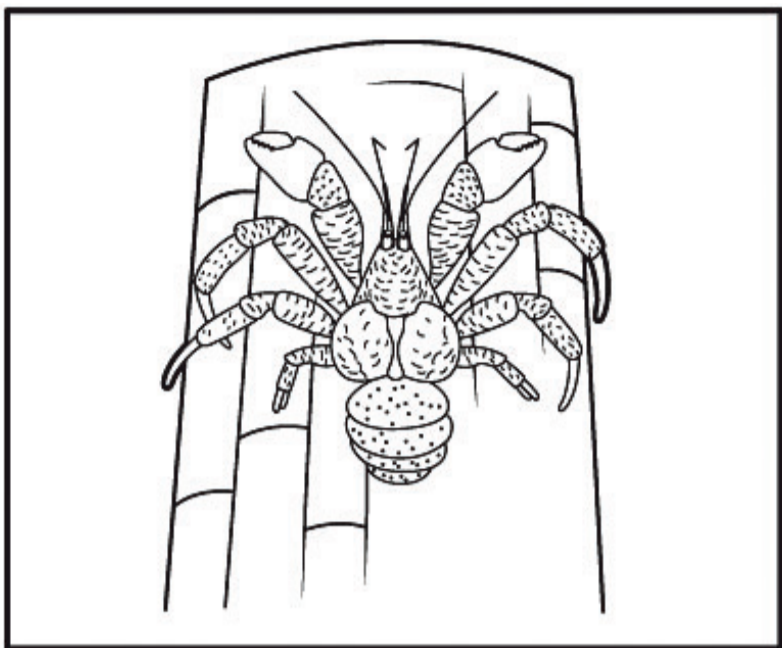
- > Sócios: 14€
- > Não Sócios: 16€
- > Mínimo de inscrições 10 Formandos
- > Inscrições até 7 Novembro
- > Trazer prato ladeiro, taça para sobremesa e copo, bem como talheres (incluindo colher de sobremesa), guardanapo de pano e 'serviço americano' ou pequena toalha
- > Inscrições: www.braga.quercus.pt
- > Informações: braga@quercus.pt 927 986 133



ZOOM

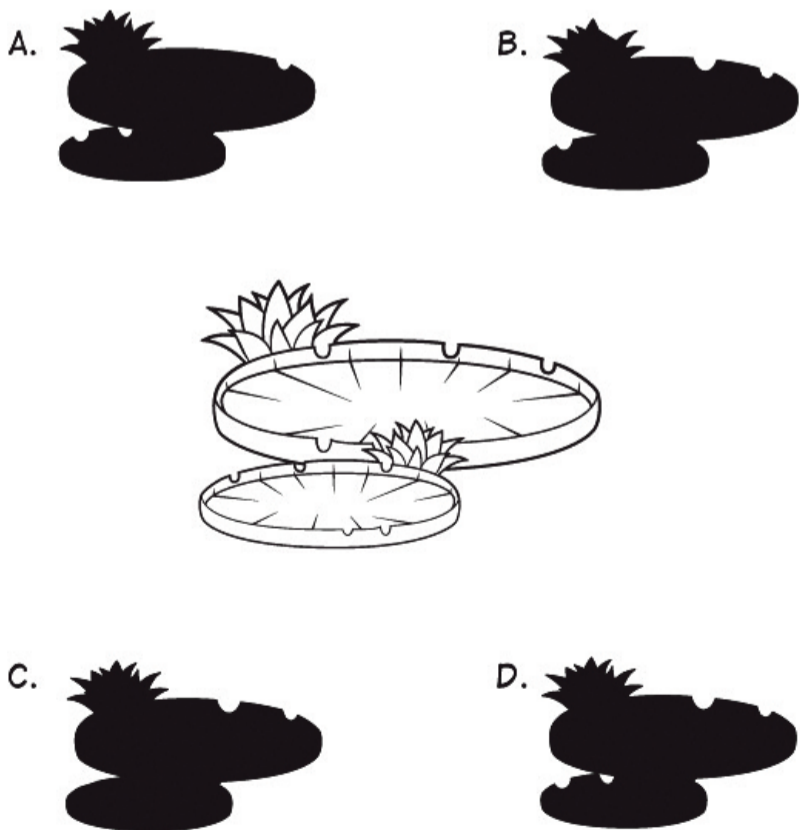


Descobre as diferenças entre os caranguejos das duas imagens.



resp: 1-ANTENA; 2-CAUDA; 3-PATA TRASEIRA DIREITA;
4-PINÇA ESQUERDA; 5-OLHO; 6-ABDOME; 7-TRONCO DA ÁRVORE.

Que sombra corresponde aos nenúfares no centro do desenho?



Fonte: <http://www.smartkids.com.br>

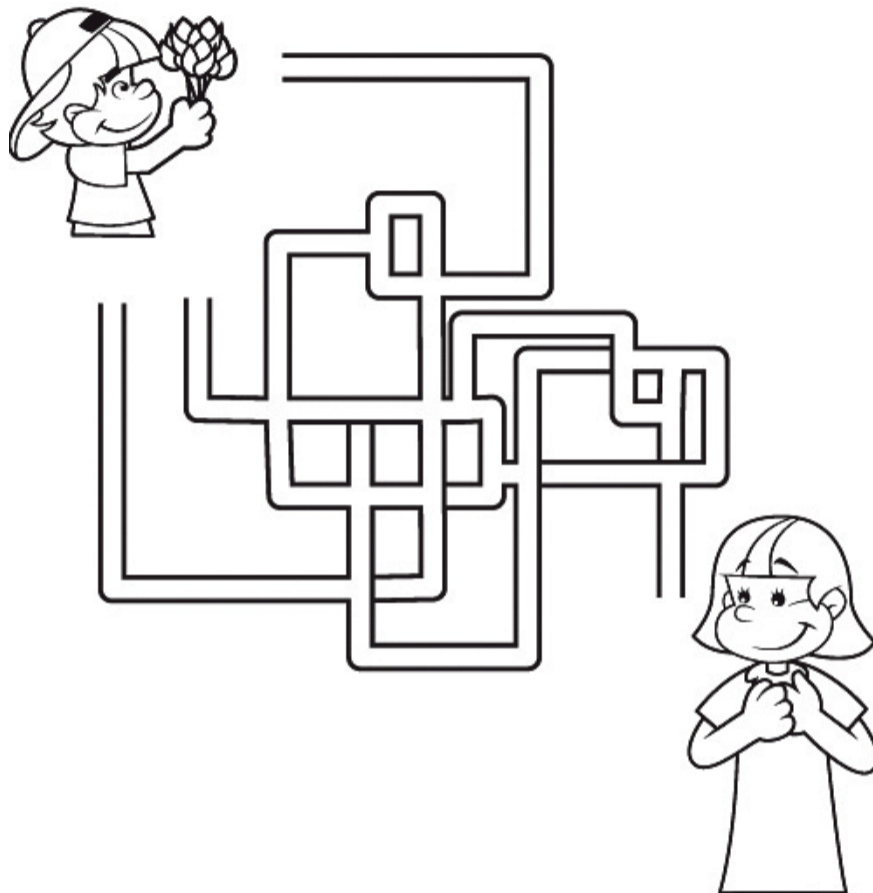
RESP: LETRA "D"

ESPAÇO

QuercusKids

EDUCAR E FORMAR

Ajuda o João a entregar as flores que colheu no jardim à sua mãe.



PARA COLORIR...



QUERCUS Ambiente Setembro / Outubro 2016

ECO-RECEITAS

Alexandra Azevedo

Embora as algas secas permitam preparar ótimas refeições em qualquer época do ano, volto a propor mais duas receitas muito simples. Uma delas, a salada de cuscuz, é particularmente agradável no verão e usando a água do mar e a alga fresca pretende ser um convite a aproveitar da melhor maneira as visitas à praia habituais nesta época!

SALADA DE CUSCUZ COM ALGAS

Ingredientes: 150g de cuscuz, 1,5 dl de água do mar (ou água da torneira e sal q.b.), 1 cebola pequena, meio pimento vermelho, algas q.b. (*Codium tomentosum*, e/ou outras como wakame, esparguete-do-mar, dulce) e azeite q.b..

Modo de preparação: Hidratar o cuscuz com a água do mar. Picar finamente a cebola, o pimento e as algas. Adicionar ao cuscuz. Temperar com azeite.

Notas: A *Codium tomentosum* deve usar-se de preferência fresca, as algas secas adquiridas no mercado devem ser previamente reidratadas. A hidratação do cuscuz a frio deve preparar-se umas horas antes de consumir; a quente aquecer a água do mar até levantar fervura, apagar o lume e adicionar o cuscuz, juntar o azeite mexer com um garfo e basta repousar cerca de 5 minutos e estará pronto.

FILETES DE PEIXE EM PAPELOTE DE ALGAS

Ingredientes: filetes de peixe (sardinha ou cavala), alga Kombu e azeite.

Modo de preparação: Envolver cada filete num pedaço de alga Kombu. Repousar várias horas para a alga aromatizar o peixe. Saltear suavemente em azeite.

Notas: As espécies de algas conhecidas por Kombu são algas castanhas que ocorrem abaixo do nível da maré baixa, por isso, a alga Kombu das espécies *Laminaria ochroleuca* ou *L. digitata* são muito fibrosas e neste cozinhado servem apenas para temperar o peixe, devendo por isso ser retiradas e poderão ser aproveitados para outro cozinhado com uma cozedura prolongada (uma hora em ebulição, meia hora na panela de pressão, ou várias horas na cozedura a baixas temperaturas de cerca de 60-70°C).

A espécie *Saccharina latissima* (anteriormente denominada *Laminaria saccharina*) com o nome comum de Kombu real ou Kombu rápida é muito tenra, podendo, por isso, ser consumida neste prato.

As espécies referidas são todas atlânticas. A alga japonesa semelhante é a *Laminaria japonica*. 🌿



Cuscuz com algas



Filetes de peixe com Kombu

QUERCUS APRESENTA 6 MEDIDAS PARA PORTUGAL CUMPRIR OS OBJETIVOS DA ECONOMIA CIRCULAR

Direção Nacional da Quercus

O novo pacote da Economia Circular propõe para 2030 uma taxa de 70% de reciclagem dos resíduos urbanos, mas Portugal tem apenas 21% de reciclagem, pelo que a Quercus apresenta 6 medidas que considera fundamentais para o nosso país possa cumprir essa meta e que vão obrigar a uma verdadeira revolução nos resíduos nos próximos 10 anos.

1 - Substituição dos ecopontos pela recolha seletiva porta-a-porta

O modelo de recolha seletiva baseado nos ecopontos está esgotado e não permite o salto quantitativo a que as novas metas de reciclagem obrigam. É pois necessário proceder a uma substituição deste modelo pelo sistema porta-a-porta, o qual tem sido a ferramenta utilizada pelos países mais evoluídos na gestão dos resíduos urbanos e do qual já temos alguns bons exemplos em Portugal.

2 - Introdução massiva da recolha seletiva de resíduos orgânicos

Com a introdução do sistema de recolha seletiva porta-a-porta será muito mais fácil o alargamento da recolha seletiva de resíduos orgânicos (restos de comida e resíduos de jardins) aos produtores domésticos. O cidadão passará a ter possibilidade de separar todos os materiais recicláveis que constituem os seus resíduos, sendo de salientar que os resíduos orgânicos constituem a principal fração dos resíduos urbanos (entre 40% a 50%). Desta forma também, será possível produzir um composto de melhor qualidade.

3 - Introdução do sistema PAYT (pagar em função dos resíduos produzidos)

Atualmente o cidadão paga essencialmente a gestão dos resíduos em função do seu consumo de água, o que não incentiva a separação dos resíduos.

No entanto, com o estabelecimento do sistema de recolha porta-a-porta para todos os materiais recicláveis será muito mais simples a introdução do sistema PAYT (Pay-As-You-Throw), através do qual o cidadão só paga a recolha e tratamento dos resíduos que não enviar para reciclagem. Desta forma quem separar os resíduos verá a sua taxa do lixo muito reduzida, enquanto quem não separar os seus recicláveis vai ter de pagar por esse comportamento antissocial. A introdução do sistema PAYT em vários países europeus tem permitido aumentar exponencialmente as taxas de reciclagem e ao mesmo tempo reduzir os custos do tratamento dos resíduos para os cidadãos e as autarquias.

4 - Obrigatoriedade de Tratamento Mecânico e Biológico (TMB) antes de enviar resíduos para aterro ou incineração

O sistema de TMB permite reciclar cerca de 50% dos resíduos que os cidadãos não separaram e tem sido uma das ferramentas que tem permitido aumentar a reciclagem nos últimos anos em Portugal. Por isso é necessário obrigar a que todos os resíduos urbanos indiferenciados passem por este sistema antes de serem enviados para aterro ou incineração.

5 - Proibição de novas linhas de incineração

Portugal já tem capacidade para incinerar 20% dos seus resíduos urbanos, ou seja se reciclar 70% dos resíduos em 2030, apenas terá de enviar para aterro 10% dos resíduos. Assim sendo, é fundamental que todo o investimento feito nos resíduos urbanos até 2030 seja dedicado exclusivamente à reciclagem. De referir que a instalação de novas linhas de incineração iria bloquear a evolução da reciclagem, como aliás aconteceu nos sistemas da Valorsul e da Lipor que têm metas de reciclagem muito baixas (42% e 35%) que correspondem a cerca de metade da generalidade do resto do País (80%).

6 - Urgência de uma Taxa de Gestão de Resíduos (TGR) que incentive a reciclagem

A TGR que é paga pelos sistemas de gestão de resíduos urbanos ao Estado deveria servir para incentivar as boas práticas ambientais, nomeadamente a reciclagem. No entanto, com os valores atuais de TGR esse incentivo não existe, pelo que compensa muito mais enviar os recicláveis para aterro ou incineração. É, pois, urgente que os valores da TGR sejam alterados, subindo substancialmente a TGR para o aterro e para a incineração e utilizando essa verba para, à semelhança do sistema PAYT, premiar os sistemas de gestão de resíduos urbanos que atingirem as mais elevadas taxas de reciclagem. 🌿

ROSTOS QUERCUS

Conceição Lopes



Carolina Mira

Idade: 52

Função na Quercus: CIR-Centro de Informação de Resíduos da Quercus

Quando sentiste o primeiro apelo pelo ambiente?

Deve ter sido à nascença. Desde muito pequena tive gosto por ar livre, animais, natureza, gostava de estar no campo e devorava livros de vida animal. O meu avô partilhava comigo esta paixão e fazíamos grandes caminhadas pelo campo onde ele me ia ensinando o nome dos pássaros, das árvores, das flores. O encantamento cresceu comigo, assim como o interesse sobre o que se estava a passar à minha volta.

Como foi o teu primeiro contacto com a Quercus?

Em 1987, andava pelo Gerês em férias e descobri numa banca uma revista que me despertou a atenção. Era a Revista Quercus, a primeira publicação da Associação, a que trazia uma cegonha branca na capa. Fiquei entusiasmada, pois seguia as questões de ambiente e conservação apenas em revistas como a Terre Sauvage e etc., desconhecia publicações em português. Ao descobrir a revista descobri a Associação.

Chegada a casa, contactei o núcleo de Lisboa da Quercus e fiz-me sócia, algum tempo depois ofereci-me como voluntária. Só comecei a trabalhar profissionalmente como secretária no projeto “Há vida na Cidade” em 92 ou 93, com o João Nunes da Silva e o Carlos Fonseca, supostamente apenas durante um ano, e acabei por ficar no secretariado nacional até 2006. Em 2007 passei a colaborar com o CIR, em resíduos, trabalho mais calmo e específico.

O que mais gostaste de fazer na Quercus até hoje?

Quase tudo... É difícil escolher ao fim de tantos anos, tantas lutas, tanto trabalho e diversificado. Fiz tanta coisa diferente. Houve algumas campanhas e casos em que me envolvi mais: testes nucleares franceses em Mururoa, CRAS Montejunto, Plataforma por Monsanto, por exemplo. Posso dizer que o que gostei mais foi aprender (ainda aprendo) com todas as pessoas com quem trabalhei e trabalho desde que cheguei à Quercus.

Confessa, qual é o teu maior pecado ambiental?

Tenho um carro velho...

O que fazes no teu dia-a-dia pelo ambiente?

Para além de “massacrar” a cabeça às pessoas com a mudança para o que considero boas práticas, faço o trivial no dia a dia e que acaba por ser dever de todos: separar o lixo, usar os recursos de forma racional, etc. Gosto de ter atenção a infrações ou agressões ambientais e encaminhar os casos para boa resolução. ✨

PAGAMENTO DE QUOTAS

A Direcção Nacional apela a todos os associados para regularizarem o pagamento das quotas. Se quiser pode pagar as suas quotas através de cheque ou vale postal à ordem da Quercus-ANCN e enviar via CTT para a seguinte morada: Quercus - ANCN - Gestão de Sócios - Apartado 230 - 7801-903 Beja

Se preferir pagar por transferência bancária utilize a seguinte conta da CGD com o NIB: 0035 0239 0001 2649 6306 5 (neste caso informe-nos da data e montante transferido através dos contactos da gestão de sócios: 284 321326 ou 93 7788475 ou para o e-mail: gestaosocios@quercus.pt. O valor das quotas para 2016 é igual ao dos anos anteriores ou seja adulto €20; estudantes até aos 26 anos €13; jovens até aos 15 anos €8; colectivos €45; quota familiar €30.

NOVA MODALIDADE DE QUOTA: QUOTA FAMILIAR

Pode agora aderir à quota familiar se o desejar. A quota familiar destina-se ao agregado familiar e embora cada elemento mantenha um número de associado e os direitos estatutários inerentes, a quota é apenas uma e no valor único de €30 anual.

O agregado corresponde a um casal e filhos até aos 25 anos. A adesão a esta modalidade é facultativa e destina-se tanto a novos sócios como aos que já estão inscritos e que podem pedir para alterar a situação actual com efeito a partir da próxima quota a pagar. O envio deste jornal, bem como o recibo de quota será efectuado apenas ao titular do agregado que for designado para esse efeito.

DÉBITO DIRECTO

Agora tem mais vantagens ao aderir ao débito directo para pagamento das suas quotas. Ao aderir a esta modalidade damos-lhe desconto no valor das quotas. Assim para jovens a quota será de €7, estudante €11, adulto €18, colectivo €40 e familiar €27. Não se esqueça de informar a gestão de sócios sobre a adesão a esta forma de pagamento.

Para mais informações sobre estas e outras questões não hesite e contacte a Gestão de Sócios.

CAMPANHA “TRAZ UM AMIGO”

Na Quercus queremos ser mais para que a nossa base de apoio se alargue e as nossas posições tenham mais influência na sociedade e para isso temos de contar consigo. Traga um familiar ou amigo para sócio da Quercus. Em troca receberá como oferta um guia de percursos pedestres editado pela nossa associação.

NOTÍCIAS COM A “NEWSLETTER” DA QUERCUS

Com o objetivo de proporcionar mais informação aos associados e simpatizantes da Quercus tem sido editado o “Boletim Quercus”. Esta edição semanal está associada ao site da Quercus e é simples de subscrever, basta registar o endereço de e-mail em www.quercus.pt.

FICHA TÉCNICA

PROPRIEDADE: Quercus - Associação Nacional de Conservação da Natureza

MORADA: Centro Associativo Bairro do Calhau, Bairro do Calhau, 1500-045 Lisboa

TELEFONE: 217 788 474

FAX: 217 787 749

EMAIL QUERCUS AMBIENTE: jornal@quercus.pt

SITE QUERCUS: www.quercus.pt

DIRETOR: João Branco

DIRETORA EDITORIAL: Maria Eduarda Mota

SUBDIRETOR EDITORIAL: Nuno Sequeira

REVISÃO EDITORIAL: Raul Silva e Célia Vilas Boas

MARKETING: Marcos Bartilotti

FOTÓGRAFO: Dário Cardador

GRAFISMO: Imarte

COLABORARAM NESTE NÚMERO:

Alexandra Azevedo; CIR; Direcção Nacional da Quercus; Grupo de Energia e Alterações Climáticas da Quercus; Isadora Pombeiro; João Branco; Jorge Infante; José Janela; Joelle Ghazarian; Loja Quercus; Núcleo Regional do Algarve da Quercus; Núcleo Regional de Aveiro da Quercus; Núcleo Regional de Braga da Quercus; Núcleo Regional de Castelo Branco da Quercus; Núcleo Regional de Coimbra da Quercus; Núcleo Regional da Guarda da Quercus; Núcleo Regional de Lisboa da Quercus; Núcleo Regional de Portalegre da Quercus; Núcleo Regional do Porto da Quercus; Nuno Ferreira Matos; Nuno Sequeira; Quertoon Network; Samuel Infante; Sandra Pereira.

FOTO CAPA: Pixabey

FOTOS/IMAGENS: Alexandra Azevedo; Ana Cristina Costa; Ana Isabel Ribeiro; APAI; Carolina Mira; EPA; IPDJ da Guarda; Isadora Pombeiro; Joelle Ghazarian; João Melo; Jorge Infante; José Janela; José Rodrigues; Licínia Ferreira; Loja Quercus; Núcleo Regional do Porto da Quercus; Paulo Domingues; Pixabey; Quertoon Network; Samuel Infante; Susana Pinto; Tereza Fonseca; Sports & Environment.

IMPRESSÃO: Unipress, Centro Gráfico Lda

TIRAGEM: 5 000 exemplares

DEPÓSITO LEGAL N.º: 200020/03

O conteúdo dos artigos constantes nesta publicação é da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

MECENAS PRINCIPAL



MECENAS JORNAL



Imprima e envie para QUERCUS-ANCN - Gestão de Sócios - Apartado 230 * 7801-903 Beja

QUERCUS - Associação Nacional de Conservação da Natureza
Gestão de Sócios

E-mail: gestaosocios@quercus.pt * Telf.: 284 321 326

Boletim de Admissão a Sócio

A preencher pela Quercus	
N.º Sócio	Estatuto
Núcleo	Data

Nome: _____

Sexo (F/M): _____

Morada: _____

Localidade: _____ C.P. _____ - _____

Concelho: _____ Distrito: _____ País: _____

Telefone: _____ Fax: _____ E-mail: _____

BI n.º: _____ Data Nasc: / / _____ Nacionalidade: _____

N.º de Contribuinte: _____ Profissão: _____

Data: _____ Assinatura: _____

Quota anual:
Júniors (até 16 anos) - 8 Euros | Estudantes (até 25 anos) - 13 Euros | Adultos - 20 Euros | Familiar - 30 Euros | Colectivos - 45 Euros

Modo de Pagamento

Numerário | Valor _____

Cheque/Vale Postal* | N.º _____ Banco: _____ Valor: _____

Transferência Bancária* | Data: _____ Valor: _____

A preencher pela Quercus

Recebido (Núcleo/CEA/etc.) _____ Receptor da Inscrição _____

* Deve ser enviado juntamente com esta ficha o cheque/vale postal/comprovativo de transferência bancária.

WORKSHOP



22 DE OUTUBRO

PLANTAS COMESTÍVEIS *QUAIS SÃO E COMO UTILIZAR?*

CONHECER E UTILIZAR NA PREPARAÇÃO DE COMIDA E INFUSÕES

Snacks Sobremesas

After eight / Bolo casca de banana/ Bolachas floridas/ Casca de batata frita/ Manteiga aromática/ Queijo aromático

FORMAÇÃO CERTIFICADA
SÓCIOS €18 NÃO SÓCIOS €23
PORTO - QUINTA DA GRUTA

INFO+
PORTO@QUERCUS.PT

